

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 168/2023
Data: 05/10/2023

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
PORTO DE SANTOS: AVENIDA PERIMETRAL DE GUARUJÁ TERÁ INVESTIMENTO DE R\$ 560 MILHÕES	4
PREFEITURA DE SANTOS CRIA UNIDADE DE GERENCIAMENTO PARA ACOMPANHAR OBRAS DO PARQUE VALONGO	5
ANTAQ DESQUALIFICA EMPRESA QUE FEZ MAIOR PROPOSTA PARA ARRENDAR TERMINAL DO PORTO DE ITAJAÍ.....	6
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	7
ANTAQ REALIZA ENCONTRO DE APROXIMAÇÃO COM A FEDERAL MARITIME COMMISSION	7
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	8
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES GARANTE RECURSOS E PERMITE LIBERAÇÃO DE TRÁFEGO EM TRECHO DA BR-416/AL	8
BE NEWS – BRASIL EXPORT	9
EDITORIAL – INTERVENÇÃO IMEDIATA NA REGIÃO NORTE.....	9
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	9
<i>Cruzeiros 1</i>	10
<i>Cruzeiros 2</i>	10
<i>Cruzeiros 3</i>	10
<i>Tango hidroviário 1</i>	10
<i>Tango hidroviário 2</i>	10
NACIONAL - ALCKMIN ASSINA ORDENS DE SERVIÇO PARA OBRAS DE DRAGAGENS EMERGENCIAIS NO AMAZONAS	10
NACIONAL - GOVERNADOR DO AMAZONAS PEDE DESTRAVAMENTO DA BR-319	12
NACIONAL - Na CÂMARA, REPRESENTANTES DA PRATICAGEM PEDEM REGULAMENTAÇÃO DO SETOR.....	12
NAVEGAÇÃO - GOVERNO DE SP ANUNCIA R\$ 72 MILHÕES PARA MELHORIAS NA TRAVESSIA SANTOS-GUARUJÁ	13
REGIÃO SUDESTE - EQUIPAMENTOS QUE SERÃO INSTALADOS NO TECON SANTOS DEIXAM A CHINA	14
REGIÃO NORDESTE - PORTO DE CABEDELO TEM ALTA DE 71% EM SETEMBRO E SUPERA 1 MILHÃO DE TONELADAS NO ANO15	15
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	16
PORTOS DO ARCO NORTE MOVIMENTARAM 60,3 MILHÕES DE TONELADAS	16
BRASÍLIA RECEBE A MAIOR SIMULAÇÃO DE DEFESA CIBERNÉTICA DO HEMISFÉRIO SUL.....	16
DERRUBADA DE VETO DO MARCO DAS FERROVIAS FARÁ MINAS RECEBER MAIS RECURSOS DA FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA	18
MEDIDA PROVISÓRIA PERDE VALIDADE E IMPOSTO SOBRE DIESEL SERÁ ZERADO	18
PORTOS DO PARANÁ E MSC ALINHAM ÚLTIMOS DETALHES PARA INÍCIO DA TEMPORADA DE CRUZEIROS	19
PRATICAGEM DEFENDE REGULAÇÃO ECONÔMICA COM A MARINHA	20
RUMO RECEBE PRIMEIRAS LOCOMOTIVAS HÍBRIDAS DA PROGRESS RAIL PARA REDUZIR IMPACTO AMBIENTAL.....	21
JORNAL O GLOBO – RJ.....	22
BOLÍVIA PODE PARAR FORNECIMENTO DE GÁS AO BRASIL E PEDE INVESTIMENTOS DA PETROBRAS NO PAÍS	22
CONSULTA DO GOVERNO SOBRE PISO DA SAÚDE E EDUCAÇÃO SERÁ JULGADA EM ATÉ 15 DIAS NO TCU	24
DIESEL VOLTA A TER TRIBUTO ZERADO, E FAZENDA PRECISA COBRIR ROMBO DE R\$ 500 MILHÕES COM PROGRAMA DE CARROS POPULARES	25
INFLAÇÃO NO BRASIL ESTÁ MAIS PERSISTENTE ‘DO QUE SE IMAGINAVA’, DIZ GALÍPOLO	25
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	26
‘MERCADO ELÉTRICO NÃO FOI DESENHADO PARA O SISTEMA DE HOJE, COM TANTAS FONTES’, DIZ SECRETÁRIO	26
FRENTES PARLAMENTARES SE UNEM PARA INCLUIR JUDICIÁRIO EM REFORMA ADMINISTRATIVA	27
ACIONAR TÉRMICAS PARA GARANTIR ENERGIA NO NORTE TERÁ CUSTOS PARA TODOS OS CONSUMIDORES, DIZ ANEEL	29
VALOR ECONÔMICO (SP).....	31
EM OPERAÇÃO INÉDITA, BUREAU VERITAS REALIZA MAIOR INSPEÇÃO DE COMBUSTÍVEL DO PORTO DE ITAQUI	31
QUEIMADAS NO PANTANAL VOLTAM A PREOCUPAR BRIGADISTAS EM MATO GROSSO DO SUL	31
RÚSSIA VAI INSTALAR BASE NAVAL EM REGIÃO SEPARATISTA DA GEÓRGIA	33
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	34
DNIT ANUNCIA OBRAS EMERGENCIAIS PARA REDUZIR O IMPACTO DA SECA DA REGIÃO AMAZÔNICA	34
PETROBRAS PRORROGA PRAZO DE CONCORRÊNCIA PARA AFRETEAMENTO DE ATÉ 12 OSRVs	35
SVITZER REALIZA EXPANSÃO DE SUA FROTA NO BRASIL	35
PORTO DE ROTTERDAM REDUZ CUSTO PORTUÁRIO PARA NAVIOS QUE ABASTECEM COMBUSTÍVEIS SUSTENTÁVEIS	36
RUMO INVESTE EM LOCOMOTIVAS HÍBRIDAS PARA OPERAÇÃO DE CARGA COM MENOR IMPACTO AMBIENTAL.....	37



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 168/2023
Página 3 de 39
Data: 05/10/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

SEÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PERMITIRÁ AFERIR CAPACIDADE DE CONSTRUÇÃO DO SCPN.....	38
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	39
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	39



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO DE SANTOS: AVENIDA PERIMETRAL DE GUARUJÁ TERÁ INVESTIMENTO DE R\$ 560 MILHÕES

Incluída no novo PAC, obra prevê parceria público-privada e deve ter edital lançado dentro de um ano

Por: Ted Sartori



Viaduto, entregue há uma década, em maio de 2013, foi feito para acessar o que seria a completa Perimetral
Foto: Vanessa Rodrigues/AT

O edital para contratação das obras da segunda fase da Avenida Perimetral na Margem Esquerda do Porto de Santos, no Distrito de Vicente de Carvalho, em Guarujá, está previsto para ser lançado daqui a um ano, em outubro de 2024, segundo o cronograma do Ministério de Portos e Aeroportos. Por sua vez, a Prefeitura é mais otimista e estima que isso possa acontecer ainda no primeiro semestre do ano que vem.

A implantação dessa etapa, incluída no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), prevê uma parceria público-privada (PPP), que deve ser assinada em abril de 2025. O custo estimado é de R\$ 560 milhões. A Perimetral não terá pedágios e, por essa razão, o valor da obra será adicionado à manutenção do complexo viário, e isso estará na composição da engenharia financeira que dará sustentação à execução dos trabalhos, de acordo com a Prefeitura.

Em 21 de setembro, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, esteve na Baixada Santista. Em Guarujá, o titular da pasta e o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, foram recebidos no Paço Municipal Moacir dos Santos Filho pelo prefeito Válter Suman (PSDB). Todos assinaram o termo de compromisso para o cronograma de obras.

Detalhes e necessidades

A necessidade de uma Perimetral completa na Margem Esquerda, assim como existe na Margem Direita, em Santos, é antiga e flagrante. Atualmente, conta-se com um trecho de 700 metros e um viaduto, entregue há uma década, em maio de 2013, feito para acessar o que seria a completa Perimetral.

O traçado da Perimetral compreenderia um trecho total de três quilômetros, com um elevado e dois viadutos, completando assim o atendimento ao trecho abrangido na Poligonal da Margem Esquerda do Porto de Santos.

A pista, paralela à Avenida Santos Dummont, segregaria o tráfego de caminhões que acessam o complexo portuário santista (são mais de 3 mil do lado de Guarujá em meio às atividades dos oito terminais instalados), aliviando o trânsito em Vicente de Carvalho e a vida dos mais de 150 mil moradores.

Com isso, o acesso e a saída dos veículos que servem ao Porto não serão mais feitos a partir da Rua Idalino Pinez, a popular Rua do Adubo, que será devolvida ao tráfego comum. E também, por consequência, não haverá mais transposição em nível da Santos Dumont.

“Certamente trará como resultado uma sensível melhora na qualidade de vida dos moradores, seja no quesito ambiental, mas principalmente na mobilidade urbana. E torna-se mais fundamental ainda

quando consideramos outro projeto estratégico, como a ligação seca entre Guarujá e Santos, por túnel imerso, que complementar o equipamento acolhendo os veículos que o usarão”, explicou o secretário adjunto de Finanças de Guarujá, Adalberto Ferreira da Silva.

Até a semana passada, Silva era titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Portuário.

Em seu lugar, na última segunda-feira, assumiu Leonardo Gazillo. Em nota, o Ministério de Portos e Aeroportos endossa essa necessidade. “A obra da Perimetral, além de solucionar um problema urgente, é vital para as necessidades de expansão do Porto de Santos, uma vez que a Margem Esquerda possui potenciais espaços para o crescimento da atividade portuária e retroportuária, principalmente após a construção do túnel Santos-Guarujá”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 05/10/2023

PREFEITURA DE SANTOS CRIA UNIDADE DE GERENCIAMENTO PARA ACOMPANHAR OBRAS DO PARQUE VALONGO

Secretário adjunto de Infraestrutura e Edificações, Luiz Felipe Tonelli Távora, foi designado para gerenciar o programa

Por: Bárbara Farias



Conclusão das obras do Parque Valongo está prevista para junho do próximo ano Foto: Alexsander Ferraz/AT

O Parque Valongo terá uma unidade própria de gerenciamento, que cuidará de todos os assuntos administrativos e acompanhamento das obras, além de interlocução com demais envolvidos com o futuro complexo turístico e de lazer de Santos. O projeto contará com prioridade na Prefeitura de Santos e a divisão foi instituída pela Administração Municipal por meio de decreto publicado na edição de quarta-feira (4) do Diário Oficial.

Em nota, a Administração informou que a publicação do decreto “é o primeiro passo para a organização do Parque Valongo, porque estabelece a organização administrativa de gerenciamento e de execução da implementação, avaliação e monitoramento do programa”.

A unidade será chefiada pelo secretário adjunto de Infraestrutura e Edificações de Santos, Luiz Felipe Tonelli Távora, que seguirá despachando na pasta em que atua. Távora é engenheiro e servidor público municipal. “As atividades do gestor (Távora) começam a partir da publicação do decreto, com apoio das secretarias municipais e entidades da Administração indireta. O gestor será o elo entre o prefeito e toda a Administração Municipal envolvida no programa”, esclareceu a Prefeitura.

O decreto publicado ontem estabelece a organização administrativa de gerenciamento e implementação do Parque Valongo, com os seguintes objetivos: desenvolver a reconversão portuária com a requalificação e restauro dos armazéns históricos, desempenhar ações que melhorem a relação Porto-Cidade e aproximem a população da região portuária, consolidar e potencializar a vocação náutica e turística na região central e revitalizar os espaços públicos para o desenvolvimento de atividades de lazer, convivência, atividades esportivas e culturais.

O texto também detalha as ações, projetos e obras relacionados ao programa, como a implantação de parque público com acesso livre na área dos antigos armazéns 4, 5 e 6, melhoria do acesso ao Parque Valongo e ao longo da frente marítima, estabelecendo novos espaços de estar, contemplação e lazer e restauro dos armazéns históricos.

Ainda conforme o decreto, compete ao gestor da unidade de gerenciamento, que não será remunerado, informar o andamento do projeto ao prefeito e demais autoridades, bem como as ações executadas e as novas ações planejadas, além de gerenciar a discussão sobre o Parque Valongo junto aos órgãos e entidades municipais, estaduais e federais, definir os recursos materiais e humanos necessários à realização do projeto, identificar os riscos envolvidos e elaborar e implementar plano de comunicação do projeto e obras.

Os processos administrativos relacionados ao programa terão prioridade na tramitação em todos os órgãos e entidades da Administração Municipal.

Trimmc

Iniciadas em 21 de setembro, as obras do Parque Valongo estão a cargo da Cofco Internacional, por meio de um Termo de Responsabilidade de Implantação de Medidas Mitigadoras e/ou Compensatórias (Trimmc) assinado em maio pela Prefeitura, empresa e a Autoridade Portuária (APS).

A companhia chinesa investirá R\$ 15 milhões na primeira fase de obras do Parque Valongo, com previsão de conclusão em junho de 2024. A primeira etapa consiste na recuperação e restauração do Armazém 4 e da casa de pedra e construção de uma praça pública na linha d'água, na área dos antigos armazéns 5 e 6.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 05/10/2023

ANTAQ DESQUALIFICA EMPRESA QUE FEZ MAIOR PROPOSTA PARA ARRENDAR TERMINAL DO PORTO DE ITAJAÍ

Companhia propôs movimentar 66,6 mil TEU por mês, mas não comprovou ser capaz de operar esse volume de carga

Por: ATribuna.com.br



Licitação tem por objetivo selecionar a melhor proposta para arrendamento transitório de terminal destinado à movimentação de contêineres e carga geral no Porto Organizado de Itajaí Foto: Iris Furlanetto/SPI

A Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos (CPLA), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), desqualificou a empresa MMS Empreendimentos LTDA., que concorria ao certame para arrendamento de terminal de contêineres do Porto de Itajaí (SC). Companhia propôs movimentar 66,6 mil TEU por mês, mas não comprovou

ser capaz de operar esse volume de carga.

A Antaq informou que o Processo Seletivo nº 01/2023, realizado no último dia 13 de setembro, seguiu rito simplificado de seleção da melhor proposta para a celebração de contrato de arrendamento transitório destinado à movimentação de carga containerizada e carga geral em área do Porto Organizado de Itajaí.

Segundo a agência, entre as propostas apresentadas, a proponente MMS Empreendimentos foi a que apresentou o maior montante, 66.600 TEU por mês, motivo pelo qual foi convocada pela CPLA para apresentar a documentação referente à habilitação, bem como esclarecimentos quanto à exequibilidade de sua proposta.

Entretanto, de acordo com a agência reguladora, a MMS não demonstrou que seria capaz de movimentar a quantidade de contêineres proposta por mês, considerando que a proposta

classificada em primeiro lugar é 48% maior do que a capacidade instalada do terminal nas condições atuais (540 mil TEU/ano) e 130% superior em relação à média das propostas.

Em processos licitatórios, as comissões de licitações devem obrigatoriamente avaliar se as propostas apresentadas são exequíveis, ou seja, se de fato são firmes, para se ter segurança de que a vencedora da licitação é aquela com maior vantajosidade para a administração pública.

O posicionamento da CPLA foi respaldado em pareceres da Superintendência de Outorgas da Agência quanto aos aspectos operacionais e de viabilidade técnica e econômica da proposta, bem como da Procuradoria Federal da Antaq no que diz respeito à legalidade dos atos praticados na condução da licitação.

De acordo com o edital, haverá uma fase única de recurso para todos os participantes do certame, cujo calendário será divulgado pela comissão no site do processo seletivo.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 05/10/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ REALIZA ENCONTRO DE APROXIMAÇÃO COM A FEDERAL MARITIME COMMISSION

Na ocasião, técnicos de ambas as instituições constataram semelhanças e afinidades regulatórias do setor



Diretores da ANTAQ e representantes da FMC trocaram expertises sobre temas relevantes relacionados a regulação do setor aquaviário

Brasília 05/10/2023 - Representantes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizaram, na última quinta-feira (28), uma reunião de aproximação com a Federal Maritime Commission (FMC). O encontro aconteceu na sede do órgão governamental americano em Washington, capital do Estados Unidos.

A visita institucional aconteceu ao final da semana de missão técnica realizada pela ANTAQ e a U.S. Army Corps of Engineers (USACE), entidade responsável por gerir todo o Vale do Mississipi desde 1824, com foco em Gestão de Hidrovias e da Navegação Interior (saiba mais no conteúdo relacionado logo abaixo).

Durante a visita ao órgão do governo americano correspondente à ANTAQ – portanto responsável pela regulação do setor e por garantir competitividade e integridade à cadeia oceânica de abastecimento – diretores e gestores da autarquia puderam discutir semelhanças e afinidades entre as duas entidades.

Tópicos relevantes foram discutidos entre representantes da ANTAQ e FMC, como verticalização, cobrança de detenção e de demurrage. Também conhecida como sobre-estadia, a demurrage trata-se da retenção ou demora por parte do importador para devolver bens do navio. Na prática, a cobrança é uma multa determinada no contrato que deve ser paga pelo contratante/embarcador de um navio, quando este demora mais do que o acordado nos portos de embarque ou de descarga.



De acordo com o diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, os dois órgãos governamentais compartilham o mesmo entendimento acerca da regulação dos tópicos.

“Dentre outros temas relevantes, o que observamos nas conversas com a FMC e vimos constatando em outras visitas institucionais a agências reguladoras de outros países é a realidade da verticalização portuária. Convergimos no entendimento de que é importante respeitar o ambiente de negócios e a evolução do mercado e, caso necessário, dosar remédios concorrenciais”, disse.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 05/10/2023



Ministério da Infraestrutura

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES GARANTE RECURSOS E PERMITE LIBERAÇÃO DE TRÁFEGO EM TRECHO DA BR-416/AL

Cratera de 14 metros causada pelas fortes chuvas em novembro de 2022 interrompeu o trânsito entre os municípios alagoanos de Colônia Leopoldina e Ibateguara



DNIT reconstruiu bueiros, recompôs o aterro e refez o pavimento na BR-416/AL - Foto: DNIT/Divulgação

O Governo Federal, por meio Ministério dos Transportes, liberou o tráfego seguro de veículos no quilômetro 41 da BR-416/AL, entre os municípios alagoanos de Colônia Leopoldina e Ibateguara, após uma erosão de profundidade de 14 metros causada pela chuva ter interditado a rodovia por meses. Para conseguir recuperar o trecho da rodovia, que faz ligação entre a BR-101/AL e a BR-104/AL, foram investidos R\$ 2 milhões.

"Graças ao trabalho do presidente Lula, temos o orçamento necessário para seguirmos com o trabalho de recuperar nossas estradas. Este caso de Alagoas é emblemático: uma cratera de 14 metros que não podia ser recuperada por falta de orçamento da gestão anterior. Agora, com investimento, temos fluidez no trânsito e segurança nas rodovias", afirmou o ministro Renan Filho.

Equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) reconstruíram os bueiros, recompuseram o aterro e a refizeram o pavimento no quilômetro 41 da BR-416. A recuperação só foi possível graças ao reforço orçamentário previsto pela Emenda Constitucional do Bolsa Família (EC 126/2022), que recompôs o orçamento na área de infraestrutura.

Em 2023, o Ministério dos Transportes prevê orçamento de R\$ 144,2 milhões para serviços de manutenção de rodovias federais de Alagoas, somados os restos a pagar e a previsão da lei orçamentária anual. No total, o orçamento previsto para o estado é de R\$ 436,4 milhões, cerca de 3,3 vezes maior que o pago pela gestão passada em 2022.

No período das obras, motoristas e pedestres usaram um desvio emergencial ao lado da rodovia. “A trafegabilidade estava mantida, por meio de um desvio. Agora, a trafegabilidade regular está restabelecida, com segurança”, disse o superintendente regional do DNIT em Alagoas, André Paes Cerqueira de França.

Novo PAC



Serão R\$ 1,8 bilhão investidos nas intervenções elencadas pelo Governo Federal como prioridade para Alagoas dentro do novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). Um dos destaques é a obra de adequação da BR-104/AL entre Messias e São José da Laje. O programa prevê ainda obras de duplicação de quatro trechos da BR-101/AL, a duplicação do Arco Metropolitano de Maceió, a construção da BR-416/AL, entre Colônia Leopoldina e Ibateguara, e estudos para concessão de novos trechos da BR-101 e da Malha Nordeste.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 05/10/2023

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – INTERVENÇÃO IMEDIATA NA REGIÃO NORTE

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A visita do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, a Manaus (AM), nessa quarta-feira, dia 4, em resposta à estiagem que assola a região Norte, demonstra a necessidade urgente de uma ação decisiva por parte do Governo no estado. As ordens de serviço assinadas para a dragagem imediata dos rios Solimões e Madeira são um passo na direção certa, mas muito mais precisa ser feito para enfrentar essa crise.

A situação no Amazonas é desafiadora, afetando não apenas a navegação nos rios – que, com a redução no volume de água, perdem sua profundidade – mas também o abastecimento e a qualidade de vida das comunidades locais. Os rios em estado crítico estão tornando a navegação praticamente impossível, prejudicando as atividades econômicas e deixando casas flutuantes presas nas águas rasas.

Os investimentos anunciados, totalizando R\$ 138 milhões, são uma injeção necessária para mitigar os efeitos da seca. A dragagem dos rios Solimões e Madeira, abrangendo 8 e 12 quilômetros, respectivamente, é um passo importante para restaurar a capacidade de navegação. No entanto, isso é apenas o começo. Outras medidas devem ser tomadas para enfrentar essa crise de forma abrangente.

Primeiramente, é crucial que esses projetos de dragagem sejam executados com eficiência e dentro do prazo. A rápida conclusão dessas obras é essencial para minimizar os impactos econômicos e sociais da estiagem.

Além disso, é importante lembrar que a seca na região Norte não é um evento isolado. As mudanças climáticas estão tornando eventos extremos, como secas e inundações, mais frequentes e intensos. Portanto, o Governo deve adotar uma abordagem proativa para enfrentar esses desafios, incluindo o fortalecimento da infraestrutura de resposta a desastres e a implementação de políticas de adaptação às mudanças climáticas.

Em resumo, a seca na região Norte exige uma resposta rápida e eficaz do Governo. Os investimentos em dragagem são um começo, mas muito mais precisa ser feito para aliviar os impactos devastadores dessa crise. É hora de ação, liderança e planejamento de longo prazo para garantir a resiliência das comunidades e da economia na região Norte do Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/10/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

CRUZEIROS 1

Representantes da MSC Cruzeiros e da Portos do Paraná, autoridade portuária do estado, definiram os últimos detalhes para a recepção de navios de passageiros no Porto de Paranaguá (PR) na próxima temporada de cruzeiros, que começará neste final de ano. Em reunião nessa quarta-feira, eles acertaram aspectos técnicos e operacionais para essas escalas. O complexo marítimo receberá uma embarcação de cruzeiros por semana, de dezembro até março.

CRUZEIROS 2

Entre os temas debatidos na reunião, estavam as taxas que serão cobradas, o uso da praticagem, de rebocadores, os serviços oferecidos aos navios no cais e o abastecimento com suprimentos. “Pedimos que os serviços todos que os navios vão ter que fazer como troca de óleo, limpeza e retirada de lixo, abastecimento com água, abastecimento com mantimentos seja comprado na cidade para fomentar o comércio local, a economia local e gerar emprego e renda na cidade que é o objetivo dos navios de passageiros aqui na nossa região”, afirmou o diretor de Desenvolvimento Empresarial da Portos do Paraná, André Pioli.

CRUZEIROS 3

A autoridade portuária ainda ofereceu Paranaguá como uma “alternativa” ao Porto de Itajaí (SC), caso esse complexo seja atingido por condições climáticas adversas e não consiga receber navios de passageiros. “Estamos disponíveis para que eles venham atracar aqui com outro navio, que é o Musica. Então, a gente está à disposição para outros navios que, eventualmente, possam vir para cá”, comentou Pioli.

TANGO HIDROVIÁRIO 1

Empresários ligados à Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior (Abani) cobram uma maior participação do Governo Federal, na busca por uma solução à cobrança indevida de pedágio na Hidrovia Paraguai-Paraná, pela Argentina. Ontem, eles estiveram no Ministério das Relações Exteriores solicitando a suspensão dessa cobrança. Ouviram que medidas já estão sendo tomadas para contrapor a decisão de Buenos Aires.

TANGO HIDROVIÁRIO 2

Acompanhando os executivos do setor de navegação, o consultor Adalberto Tokarski - ex-diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) - destacou que, “se os governos criarem mais restrições, inclusive de forma unilateral, o ambiente institucional se deteriora, o custo do transporte aumenta e a competitividade dos produtos brasileiros caem”.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 05/10/2023

NACIONAL - ALCKMIN ASSINA ORDENS DE SERVIÇO PARA OBRAS DE DRAGAGENS EMERGENCIAIS NO AMAZONAS

Vice-presidente e ministros do Governo visitaram locais mais afetados pela estiagem

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br e **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br



Na coletiva de imprensa, ao lado de ministros e do governador do Amazonas, Wilson Lima (União), Alckmin reforçou que não faltarão recursos para enfrentar o problema em Manaus Crédito: Cadu Gomes/VPR

Uma grande comitiva do Governo Federal, liderada pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, visitou Manaus (AM) nesta quarta-feira, dia 4, para acompanhar os problemas causados pela estiagem na região Norte. No local, ele assinou duas ordens



de serviços para o início imediato dos serviços de dragagem dos rios Solimões e Madeira, visando recuperar a capacidade de navegação. Conforme já anunciado, o Governo Federal vai investir R\$ 138 milhões para solucionar o problema.

Duas obras serão executadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A primeira, no valor de R\$ 38 milhões, será a dragagem de uma extensão de oito quilômetros do Rio Solimões, entre os municípios de Tabatinga e Benjamin Constant. Segundo o Governo Federal, os serviços já iniciaram e deverão ser concluídos em 30 dias.

Já para o Rio Madeira foram destinados R\$ 100 milhões. Os trabalhos de dragagem, de acordo com o Governo, devem durar até 45 dias.

“São oito quilômetros (do Rio Solimões) e R\$ 38 milhões em investimento. A outra dragagem deve começar daqui a 15, 20 dias, na foz do Rio Madeira com o Rio Amazonas. É uma obra maior. São (obras em) 12 quilômetros que vão ajudar também na questão da navegação”, disse o vice-presidente.

A comitiva do Governo fez uma vistoria nas consideradas principais áreas atingidas pela estiagem. Eles visitaram o Porto de Manaus, onde é feito o transporte de mercadorias, além de fazer um sobrevoo na região do Catalão.

A situação no Amazonas compromete o transporte e o abastecimento, impactando diretamente a vida das comunidades. Os rios estão com níveis críticos, dificultando a navegação e causando preocupação entre os moradores, além de deixar em terra firme as casas flutuantes da região.

Na coletiva de imprensa, ao lado de ministros e do governador do Amazonas, Wilson Lima (União), Alckmin reforçou que não faltarão recursos para enfrentar o problema em Manaus.

“(O presidente) Lula nos solicitou que viéssemos aqui para verificar os problemas da seca e que fizéssemos reunião de trabalho para ouvir a comunidade. Não faltarão recursos. Quem tiver necessidade, vão encaminhando para que a gente, dentro da lei, possa liberar os recursos o mais rápido possível e atender a população”, afirmou o vice-presidente.

A comitiva que esteve em Manaus foi composta pelos ministros Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança Climática), Waldez Góes (Integração e Desenvolvimento Regional), Sílvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) e Alexandre Silveira (Minas e Energia).

Térmicas e diesel acionadas por precaução

Geraldo Alckmin afirmou que as térmicas a diesel da região Norte podem ser acionadas por “precaução” para reduzir os efeitos da seca, que já estão afetando a geração hidrelétrica.

O vice-presidente afirmou que foi feita a estocagem do diesel em julho e agosto para Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC), com a possibilidade de estiagem por causa do El Niño.

“Houve um trabalho importante já com antecedência e o ministro de Minas e Energia vai poder explicitar melhor a necessidade. Isso vai ser conversado com o operador nacional do sistema, sobre ter uma segurança maior reativando térmica na região, por precaução e segurança”, destacou Geraldo Alckmin.

Até o momento, a estiagem já provocou a paralisação da usina de Santo Antônio, em Rondônia, de 3.568 MW de capacidade. A hidrelétrica não teve como continuar gerando após o Rio Madeira ficar em nível 50% mais baixo que a média histórica.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/10/2023

NACIONAL - GOVERNADOR DO AMAZONAS PEDE DESTRAVAMENTO DA BR-319

Wilson Lima se reuniu com a comitiva do Governo liderada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin em Manaus

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br



Wilson Lima com Geraldo Alckmin: o governador do Amazonas informou que no momento 26 municípios estão em situação de emergência, 32 em alerta e dois em atenção Crédito: Diego Peres/Secom

Durante reunião com Alckmin e os demais ministros do Governo, o governador do Amazonas, Wilson Lima (União), pediu o destravamento do projeto de asfaltamento da BR-319, no trecho da rodovia federal que liga o Amazonas ao restante do país.

Segundo Lima, a alternativa se apresenta como uma possibilidade para escoamento da produção e locomoção da população em casos de estiagem, como o Estado vem enfrentando.

“Não poderia deixar de falar de algo que nos faz muita falta, que é a BR-319. Precisamos encontrar um caminho para o destravamento das obras. Aqui eu não falo do ponto de vista econômico, mas sim do ponto de vista social. É o básico para o cidadão: o direito de ir e vir. O estado do Amazonas se coloca à disposição para encontrar um caminho nas condições ambientais”, destacou o governador.

Alckmin informou que o Governo Federal criou um grupo de trabalho para realizar estudos buscando entendimento necessário para que o projeto da rodovia avance e seja integrado às obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

“A BR-319 tem um trecho já pavimentado, um trecho inicial que sai de Manaus em direção a Porto Velho e ela está incluída no PAC. Falei ontem com o ministro dos transportes, Renan Filho, e ele criou um grupo de trabalho para que possa analisar, fazer a pavimentação e as obras necessárias dentro do conceito de rodovia PAC com todos os cuidados ambientais”, disse o vice-governador.

Estiagem

Durante reunião com o Governo Federal, Lima informou que no momento 26 municípios estão em situação de emergência, 32 em alerta e dois em atenção, afetando aproximadamente 200 mil pessoas.

Além da BR-319, o governador pediu ao Governo Federal reforço na ajuda humanitária; ampliação do projeto Água Boa; repasses federais às prefeituras; apoio das Forças Armadas com infraestrutura; antecipação do pagamento do Seguro-Defeso para pescadores prejudicados pela estiagem; celeridade na dragagem dos rios, bem como balizamento e sinalização.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 05/10/2023

NACIONAL - NA CÂMARA, REPRESENTANTES DA PRATICAGEM PEDEM REGULAMENTAÇÃO DO SETOR

Principal reclamação do setor é de que não há um órgão para receber as demandas quando não há consenso

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



O deputado Cezinha de Madureira, autor do requerimento, fala durante a audiência: a sugestão da praticagem é que a atribuição da parte econômica fique a cargo da Antaq Crédito: Reprodução/Instagram/Cezinha de Madureira

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados recebeu nesta quarta-feira, dia 4, demandas de armadores e terminais para a regulamentação do setor de praticagem. O requerimento de realização da reunião foi do deputado Cezinha de Madureira (PSD/SP).

A reclamação do setor é de que não há um órgão para receber as demandas quando não há consenso sobre a cobrança, evitando preços considerados acima da média internacional, assim como o impacto dos custos portuários e a redução da competitividade das exportações.

Atualmente é a Marinha que exerce a regulação técnica e econômica das atividades da praticagem em casos específicos. A sugestão do setor é que a atribuição da parte econômica fique a cargo da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

O diretor-executivo do Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave), Cláudio Loureiro, apontou que o armador paga R\$ 195.000 de tarifa por entrada de um navio de 90.000 toneladas no Porto de Santos, enquanto se paga R\$ 80.000 no Porto do Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul e R\$ 20.000 em Salvador (BA). “Há alguma coisa errada na formatação das tabelas portuárias que as autoridades portuárias cobram dos usuários porque incluem serviços que hoje são feitos pela praticagem”, afirmou.

Murillo Barbosa, diretor da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) reforçou que a legislação ainda de 1997 não dá direito ao tomador de recorrer a um órgão para questões relacionadas a cobranças.

“Tomadores não têm direito de ter um órgão onde apelar, queremos apenas que legislação permita que tenhamos um órgão onde possamos reclamar eventualmente quando não concordarmos com a proposta de reajuste de valores em uma determinada zona portuária. Não temos direito de escolher nosso prático”, afirmou Murillo Barbosa.

O superintendente de regulação da Antaq, José Renato Fialho, ressaltou que a autarquia está se preparando para atuar como fiscalizador no setor da praticagem. “A Antaq vem fazendo regulação econômica, vem se capacitando, tem profissionais capacitados e tem buscado o que de melhor existe em qualidade regulatória no Brasil e no mundo”, disse.

O vice-almirante Sergio Renato Berna Salgueirinho afirmou que a Marinha estima o papel da Antaq como reguladora na praticagem. “Vislumbramos a Antaq como órgão mais adequado, ou um colegiado liderado por ela”, disse.

Na Câmara dos Deputados tramitam pelo menos três textos para regular o setor da praticagem, o Projeto de Lei (PL) 2145/2015, o PL 4392/2020, do deputado Alceu Moreira (MDB/RS), e ao PL 757/2022, do Podder Executivo. A Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), no entanto, não apoia os textos como estão. O representante da Abac, Luis Fernando Resano, afirmou que os textos não são claros quanto à regulamentação da praticagem.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 05/10/2023

NAVEGAÇÃO - GOVERNO DE SP ANUNCIA R\$ 72 MILHÕES PARA MELHORIAS NA TRAVESSIA SANTOS-GUARUJÁ

Segundo Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, aporte será para reforma e manutenção de embarcações

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br



O sistema de travessias litorâneas de todo o Estado será contemplado com R\$ 243 milhões em investimentos. Integram o pacote a aquisição de novos motores e reversores
Foto: Divulgação/Semil

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), anunciou que deverá investir, entre 2023 e 2024, R\$ 72,4 milhões na travessia de balsas e barcas entre Santos e Guarujá, na região da

Baixada Santista. O Estado prevê maior agilidade no sistema e minimizar as filas de espera dos motoristas que utilizam o serviço.

Segundo anunciado pela Semil, do total previsto, R\$ 49,9 milhões serão destinados para a reforma de sete embarcações. Outros R\$ 22,5 milhões estão sendo empregados nas obras da estação de Vicente de Carvalho (flutuante e passarela), que já foram iniciadas no primeiro semestre, da estação da Praça da República e dos painéis de proteção metálicos das marquises do terminal.

“Esse pacote faz parte de uma estratégia de medidas de curto e médio prazo para melhorar a eficiência do sistema, como um todo. Mas o nosso foco, a longo prazo, é a estruturação de uma Parceria Público-Privada (PPP) para a concessão dos serviços”, afirmou a secretária Natália Resende.

A expectativa do Governo do Estado é que os estudos para a concessão à iniciativa privada do sistema de travessias deverão ser contratados pela Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) ainda neste segundo semestre de 2023, com a previsão de que o leilão aconteça em 2025.

O sistema de travessias litorâneas de todo o Estado será contemplado com R\$ 243 milhões em investimentos. Integram o pacote a aquisição de novos motores e reversores, que fazem as embarcações andarem para frente e para trás.

“O objetivo é garantir equipamentos em estoque, a fim de dar celeridade à manutenção (em média, três horas para ser concluída), o que resultará em atendimento mais ágil aos usuários”, acrescentou a diretora do Departamento Hidroviário, Jamille Consulin.

A Semil anunciou ainda que será implementado, ainda, um novo contrato de manutenção que dará mais previsibilidade à operação, pois permitirá manutenções intermediárias e, não somente, após o término dos contratos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/10/2023

REGIÃO SUDESTE - EQUIPAMENTOS QUE SERÃO INSTALADOS NO TECON SANTOS DEIXAM A CHINA

Portêineres e guindastes de pátio adquiridos pela Santos Brasil têm chegada prevista para novembro
DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Já deixaram a China, no navio Zhen Hua 35, os dois portêineres e os oito E-RTGs (guindastes de pátio) adquiridos pela operadora logística e portuária Santos Brasil como parte do projeto de ampliação e modernização do Tecon Santos, o maior terminal de contêineres da América do Sul, localizado no Porto de Santos (SP).

Os novos portêineres, da empresa chinesa ZPMC, têm 50 metros de altura, do cais à lança, e 70 metros de comprimento de lança, além de capacidade para movimentar até dois contêineres de 20 pés cheios ao mesmo tempo e até 100 toneladas de carga. Eles se somarão aos 13 portêineres existentes no terminal santista, dos quais oito são ZPMC.

Segundo a Santos Brasil, como os dois últimos portêineres recebidos em 2020, os novos têm a tecnologia TPS (Truck Position System – sistema de posicionamento de carretas), que define de forma precisa o local de parada dos veículos para as movimentações de embarque e descarga.

Já os oito E-RTGs são os primeiros elétricos comprados pela companhia.

A chegada do Zhen Hua 35 está prevista para o final de novembro.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 05/10/2023

REGIÃO NORDESTE - PORTO DE CABEDELLO TEM ALTA DE 71% EM SETEMBRO E SUPERA 1 MILHÃO DE TONELADAS NO ANO

Dados foram apresentados pela equipe de Gerência de Operações da Autoridade Portuária
Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br



Com um total de 1.002.358 toneladas já movimentadas ao longo do ano de 2023, o Porto de Cabedelo superou a marca alcançada em 2022 somente neste mês de outubro Foto: Divulgação/Porto de Cabedelo

Em relatório apresentado no início da semana pela equipe de Gerência de Operações da Companhia Docas da Paraíba (Docas-PB), mostrou o aumento de 70,96% nas operações do Porto de Cabedelo durante o mês de setembro. O resultado obtido é em

comparação com o mesmo período do ano passado.

Com um total de 1.002.358 toneladas já movimentadas no ano de 2023, o Porto de Cabedelo superou a marca alcançada em 2022 somente no mês de outubro.

“Isso confirma de forma indubitável não só a nossa eficiência, mas a confiança de toda uma cadeia logística no nosso Porto. É a consagração de muito trabalho”, comentou o diretor-presidente da Docas-PB, Ricardo Barbosa.

Segundo a Autoridade Portuária, o destaque operacional foi, mais uma vez, o petcoke, também conhecido como coque de petróleo, que respondeu por mais de 67 mil toneladas movimentadas em setembro, do total de 145.117 toneladas.

Além disso, diversas outras mercadorias contribuíram para o aumento nas operações, incluindo trigo, malte, gasolina e diesel, totalizando 10 navios que atracaram durante o mês.

Outro ponto de destaque de setembro em Cabedelo foi o início da estocagem de 10 mil toneladas de açúcar no Armazém 7 do Porto de Cabedelo. Essa carga será exportada para a África do Sul em outubro, consolidando também a posição do porto como um importante hub de exportação na região.

“Estamos satisfeitos com o crescimento constante e notável do Porto de Cabedelo, que se evidencia mês a mês. Esses números refletem o incansável esforço e dedicação de toda a equipe, bem como nossa capacidade de atender às demandas do mercado de forma extremamente eficiente e



sustentável. Comprometemo-nos a continuar investindo em melhorias que seguirão garantindo essa trajetória positiva”, completou Barbosa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/10/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

PORTOS DO ARCO NORTE MOVIMENTARAM 60,3 MILHÕES DE TONELADAS

Informações: Notícias Agrícolas (05 de outubro de 2023)

Os terminais portuários do Arco Norte movimentaram 60,3 milhões de toneladas nos meses de junho e julho de 2023, segundo dados da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ). Desse montante, 84% são de granéis sólidos, com destaque para o minério de ferro, com 31 milhões de toneladas transportadas. A Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica (AMPORT) prevê um aumento de cerca de 30% do transporte portuário em 2023 em comparação com 2022, confirmando a projeção de crescimento contínuo na movimentação dos portos da região.

O Arco Norte, que inclui a região Norte do Brasil e os estados do Maranhão, Sergipe, Pernambuco e Bahia, segue registrando crescimento ano a ano, com percentual superior ao de outras regiões brasileiras. Em 2022, por exemplo, exportou 51% de todo granel vegetal produzido no país, frente a 49% de outras localidades, resultados que cancelam o alto potencial regional, como observa o presidente da AMPORT, Flávio Acatauassú.

No 1º semestre deste ano, já foram exportadas 10 milhões de toneladas pelos portos de Santarém, PA, representando um crescimento de 35% em relação ao mesmo período de 2022. Mesmo com a baixa dos rios, a Autoridade Portuária deseja atingir a marca de 15 milhões de toneladas em 2023.

“Nossos portos têm capacidade operacional para movimentar a elevada produção do agro brasileiro. Para isso, precisamos equilibrar os modais hidroviário, rodoviário e ferroviário. Eles são complementares e poderão atender a este movimento crescente no Arco Norte”, comenta Flávio.

O executivo lembra que os portos da região possuem boa profundidade, com calados superiores aos canais de acesso ao mar. “Há uma vocação natural para o transporte de granéis vegetais, minerais e líquidos. Além disso, as operações locais são realizadas com base em conceitos de sustentabilidade da COP 30”, explica.

Ainda segundo o presidente, a AMPORT, que representa os interesses de 12 importantes players do segmento, celebra os avanços do setor, certos de que os números refletem a dedicação e o empenho das companhias para manter essa curva ascendente na região.

“Reafirmamos a importância de maximizar a movimentação aquaviária para potencializar ganhos de eficiência, sustentabilidade, redução de custos e de gargalos operacionais em todo o Arco Norte”, finaliza Flávio Acatauassú.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 05/10/2023

BRASÍLIA RECEBE A MAIOR SIMULAÇÃO DE DEFESA CIBERNÉTICA DO HEMISFÉRIO SUL

Informações: Agência Marinha de Notícias (05 de outubro de 2023)

Exercício Guardiã Cibernético 5.0 acontece de 2 a 6 de outubro e promove integração entre militares e civis



Em uma época onde o emprego de tecnologias de informação e comunicação cresce exponencialmente nas mais diversas atividades humanas, os conflitos são marcados não somente por batalhas campais, mas também por ataques no espaço virtual. Neste contexto, o Brasil está realizando o Exercício Guardião Cibernético 5.0, a maior simulação de defesa cibernética do Hemisfério Sul, que teve início nesta segunda-feira (2) e vai até 6 de outubro, na Escola Superior de Defesa (ESD), em Brasília (DF).

Organizado pelo Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber) – grupo subordinado ao Exército Brasileiro (EB) e composto por militares da Marinha do Brasil (MB) e Força Aérea Brasileira (FAB) – o exercício promove a integração das Forças Armadas ao governo, setor privado e meio acadêmico, simulando um ambiente realista de ataque, defesa e proteção virtual a estruturas críticas de energia, águas, finanças, nuclear e de telecomunicações.

Participam do evento mais de 1.100 pessoas e 150 organizações, entre agências e empresas nacionais e internacionais dessas importantes infraestruturas, além de órgãos parceiros e instituições acadêmicas, proporcionando a integração de atores em prol do incremento da resiliência cibernética do Brasil.

Durante o Exercício, realizado simultaneamente em Brasília e São Paulo, serão apresentados cerca de 1.100 Problemas Cibernéticos Simulados, separados em níveis de complexidade. Neste caso, os participantes atuam de modo integrado e cooperativo, defendendo uma rede computacional por meio de um simulador cibernético, que será atacado de forma on-line.

Um dos diferenciais desta edição é a criação de um Gabinete de Crise, representado pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República e demais órgãos públicos e privados, com objetivo de treinar respostas do Estado Brasileiro a situações que ultrapassem as competências de um único ministério. Segundo o Secretário de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos do GSI, Contra-Almirante Francisco André Barros Conde, “este é um trabalho interministerial, no qual se leva uma assessoria para que o Estado brasileiro consiga responder, de pronto, a uma possível crise que venha a se apresentar”, explicou.

O Chefe do Centro de Gestão Estratégica do Comando de Defesa Cibernética, Contra-Almirante Marco Antônio Linhares Soares, destacou que, além dos exercícios previstos e realizados no âmbito nacional, está acontecendo, em paralelo ao evento, o Fórum Ibero-Americano de Defesa Cibernética, que congrega 13 países.

“Isso acontece para que esses países possam replicar as atividades em seus respectivos setores de Defesa”, completou o Almirante. Segundo ele, a Marinha do Brasil tem investido neste campo da guerra contemporânea, por meio da preparação de seu pessoal, que sempre se atualiza em cursos de Defesa Cibernética, incrementando sua capacidade de proteção de ativos marítimos e de suas instalações em nível digital.

Durante a apresentação inicial do Exercício, ocorrida hoje (1º), no auditório da ESD, a guerra cibernética foi apontada como uma das reais ameaças ao Estado brasileiro, que incluem, também, espionagem, interferência externa, ações contra a soberania nacional, terrorismo, sabotagem, criminalidade organizada, entre outras.

O Comandante de Defesa Cibernética, General de Divisão Alan Denilson Lima Costa, adiantou que os exercícios contarão com dinâmicas como a “simulação construtiva”, onde as organizações das infraestruturas críticas participam com seus gabinetes de crise, integrados por pessoal da direção e das áreas jurídica, de comunicação social e tecnologia da informação, buscando responder problemas cibernéticos simulados apresentados pela coordenação.

Uma outra atividade é a simulação virtual, onde os participantes são colocados em uma situação em que têm que defender a infraestrutura de ataques lançados por um red team (time vermelho) da organização do evento. “Nós teremos, neste ano, um simulador, por exemplo, que representa um



sistema de defesa aérea, e o blue team (time azul) tem que fazer a defesa dessa infraestrutura”, completou o General Alan.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 05/10/2023

DERRUBADA DE VETO DO MARCO DAS FERROVIAS FARÁ MINAS RECEBER MAIS RECURSOS DA FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA

Informações: Revista Ferroviária (05 de outubro de 2023)

Diário do Comércio (MG) – O Congresso Nacional derrubou diversos itens do veto do governo Bolsonaro ao Marco Legal das Ferrovias, sancionado em 2021, que afetam diretamente Minas Gerais. Um dos dispositivos do veto diz que ao menos metade dos recursos das outorgas e indenizações das concessões devem ser aplicados em projetos de estados ou do Distrito Federal, de forma proporcional à extensão da malha ferroviária que os originou, incluídos trechos devolvidos.

A renovação antecipada da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), por exemplo, prevê recursos de R\$ 13,8 bilhões em investimentos. A ferrovia passa pelos estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. A maior parte dos corredores da malha passam por Minas.

O senador Carlos Viana (Podemos) conta que, na época da sanção do Marco das Ferrovias, o Ministério da Infraestrutura, então comandado pelo atual governador de São Paulo Tarcísio de Freitas, fez uma estimativa que Minas Gerais receberia em torno de R\$ 5 bilhões com a prorrogação da concessão da FCA. O atual contrato encerra-se em 2026 e será prorrogado por mais 30 anos.

“A Secretaria de Infraestrutura do governo de Minas Gerais (Seinfra) foi comunicada. Esse dinheiro vai ser distribuído de acordo com as prioridades da Seinfra. As prefeituras vão apresentar os projetos e a secretaria que vai fazer a liberação de acordo com a prioridade”, disse o senador.

São cerca de 130 cidades mineiras cortadas pelos trilhos da FCA. As prefeituras poderão utilizar os recursos para realizar obras relacionadas à ferrovia, como pontes, passagens, exclusão dos trilhos inativos, projetos ambientais, entre ações para minimizar os impactos da atividade ferroviária.

A derrubada do veto do Marco Legal das Ferrovias foi acompanhada pela Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), entidade que tem a participação da VLI, companhia de soluções logísticas que opera portos, ferrovias e terminais e é a administradora da Ferrovia Centro-Atlântica. A associação comunicou que em breve se manifestará pelo assunto.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 05/10/2023

MEDIDA PROVISÓRIA PERDE VALIDADE E IMPOSTO SOBRE DIESEL SERÁ ZERADO

Fonte: Agência Brasil (05 de outubro de 2023)

A Medida Provisória (MP) que criou o programa de desconto na compra de veículos novos perdeu a validade nesta terça-feira (3) e, com isso, os tributos federais que incidiam sobre o óleo diesel voltam a ficar zerados, o que pode baratear o valor do combustível na bomba. Em janeiro, o governo federal decidiu manter zerada, até dezembro, a tributação pelo Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre o diesel e o gás liquefeito de petróleo (GLP), o gás de cozinha. No entanto, essa desoneração total foi parcialmente revertida, especificamente sobre o diesel, para compensar a perda de arrecadação com o programa para baratear carros populares, ônibus e caminhões lançado em junho.

Quando foi editada, a MP 1.175, que criou o programa de incentivo, voltou a tributar o diesel em R\$ 0,11 por litro para bancar o desconto de R\$ 1,5 bilhão em impostos sobre veículos novos, entre caminhões, vans e carros. Ainda no fim de junho, uma nova medida (MP 1178) elevou essa reoneração em R\$ 0,03, para o total de R\$ 0,14 por litro, para custear mais R\$ 300 milhões em descontos extras nos carros populares, cuja demanda havia sido superada nas primeiras semanas



do programa de desconto. Essa elevação no tributo do diesel ocorreria a partir de outubro e arrecadaria R\$ 200 milhões extras (os R\$ 100 milhões restantes já haviam sido bancados pelo aumento de R\$ 0,11 sobre o litro do diesel).

Procurada, a Receita Federal confirmou os efeitos do fim da validade da MP 1.175, que faz com que a MP 1.178 também perdesse seu objeto. “Em princípio, se não houver outra alteração legal, volta a se aplicar o disposto no art. 3º. da Lei 14.592, de 2023, que previa a desoneração do diesel e do biodiesel até 31 de dezembro de 2023. Se não houver mudanças legais até lá, a partir de 1 de janeiro de 2024 as alíquotas do diesel e do biodiesel voltam aos seus valores normais, a saber: R\$0,35/litro para o diesel; e R\$0,14/litro para o biodiesel”, informou o órgão.

Programa

O programa de incentivo à compra de veículos foi encerrado no início de julho, com a liberação de todos os recursos disponíveis para carros leves. De acordo com o balanço do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), 125 mil carros foram comercializados com descontos entre R\$ 2 mil e R\$ 8 mil, ou 1,7% e 11,7%.

Já para caminhões, vans e ônibus, o programa seguia em vigor, com prazo de vigência até novembro ou até os créditos tributários se esgotarem. Estava prevista a utilização de R\$ 700 milhões para a venda de caminhões e R\$ 300 milhões para vans e ônibus, sendo que, até o meio do ano, haviam sido utilizados R\$ 100 milhões e R\$ 140 milhões, respectivamente. O governo não informou os valores atualizados sobre a utilização dos descontos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 05/10/2023

PORTOS DO PARANÁ E MSC ALINHAM ÚLTIMOS DETALHES PARA INÍCIO DA TEMPORADA DE CRUZEIROS

Informações: SINDOP (05 de outubro de 2023)

Reunião detalhou ajustes a serem feitos para atracação e recepção dos passageiros a partir de 1.º de dezembro no Porto de Paranaguá

A Portos do Paraná recepcionou nesta quarta-feira, dia 4, uma equipe da MSC Cruzeiros do Brasil para a última reunião de alinhamento entre as partes para a recepção de navios de passageiros na temporada 2023/2024. Foram acertados detalhes técnicos e operacionais para proporcionar as melhores experiências nas chegadas das embarcações e dos passageiros que farão de Paranaguá o ponto de partida para as viagens pelo Oceano Atlântico. Será um navio por semana de dezembro até março que movimentará o Litoral Paranaense durante o verão.

“Fizemos uma reunião técnica de alinhamento de atracação dos navios e dos detalhes dos embarques e desembarques de passageiros, estamos fazendo os últimos ajustes e estamos ansiosos para que os navios comecem a chegar no Porto de Paranaguá”, destacou o Diretor de Desenvolvimento Empresarial, André Pioli.

Na conversa com a equipe da MSC ficaram acertados as taxas que serão cobradas (bastante competitivas em relação a outros portos), questões operacionais como uso da praticagem, de rebocadores, do oferecimento de serviços à embarcação no cais e também do abastecimento com suprimentos, que podem ser adquiridos na própria rede do Litoral para fomentar a economia local, além das facilidades oferecidas aos passageiros.

“Pedimos que os serviços todos que os navios vão ter que fazer como troca de óleo, limpeza e retirada de lixo, abastecimento com água, abastecimento com mantimentos seja comprado na cidade para fomentar o comércio local, a economia local e gerar emprego e renda na cidade que é o objetivo dos navios de passageiros aqui na nossa região”, apontou o dirigente.

Plano B

O Porto de Paranaguá também se colocou à disposição da MSC Cruzeiros para ser uma alternativa caso o Porto de Itajaí sofra com condições climáticas adversas. “Estamos disponíveis para que eles venham atracar aqui com outro navio, que é o Musica. Então, a gente está à disposição para outros navios que, eventualmente, possam vir para cá”, finaliza Pioli.

Estiveram presentes pela MSC Charles Monteiro (gerente da Filial MSC Paranaguá), Tiago Granzoli (MSC Paranaguá), Fabiano Gama (Gerente de Operações da MSC SHipping), Eliane Lira (Gerente de Operações da MSC Cruzeiros), Ottavio Teixeira (operações portuárias MSC Cruzeiros), Guilherme Vale (coordenador de Logística e Alimentos & Bebidas da MSC Cruzeiros) e pela Portos do Paraná também participaram o Diretor de Operações Portuárias Gabriel Vieira e o Diretor Administrativo e Financeiro Marcos Bonoski, além do corpo técnico da empresa pública.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 05/10/2023

PRATICAGEM DEFENDE REGULAÇÃO ECONÔMICA COM A MARINHA

Informações: Praticagem do Brasil (05 de outubro de 2023)



Foto: Reprodução/Youtube

Em mais uma audiência pública sobre projetos de lei que tratam da atividade, a Praticagem do Brasil voltou a defender, nesta quarta-feira (04/10), a manutenção da sua regulação técnica e econômica pela Marinha.

O presidente do Conselho Nacional de Praticagem e vice-presidente da Associação Internacional de Práticos Marítimos, prático Ricardo Falcão, destacou a portaria nº 218, de

2011, da Autoridade Marítima, que atualizou preços de tabela anexa à portaria 157, de 2010, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos:

– Hoje, posso apresentar dez faturas de praticagem, emitidas 12 anos depois, com os exatos valores determinados pela Marinha à época. A portaria está válida. Portanto, já existe um regulador econômico, a Marinha. Ela faz isso há 26 anos.

Falcão sustentou que a discussão de valor não pode estar dissociada da técnica e deve ser ocorrer por um único ente regulador, no caso a Marinha, responsável pela segurança da navegação:

– A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), por exemplo, regula todos os aspectos de um armador ou terminal, não apenas o preço que cobram. Existem vários pontos acerca do funcionamento de uma atividade que impactam o preço. São as cláusulas de qualidade de prestação de serviço que definem o valor.

O presidente da Federação Nacional dos Práticos, prático Gustavo Martins, lamentou a insegurança jurídica que cerca a atividade há dez anos. Ele também se mostrou favorável a um único órgão regulador e afirmou que a categoria está aberta ao diálogo para chegar a um consenso na legislação:

– A Marinha sempre fez regulação técnica e econômica em conjunto. Não temos no Brasil uma agência nacional de segurança da navegação. Caso houvesse, talvez ela fosse a responsável por ambas as regulações. Se o nosso serviço é de excelência, tem a ver com o preço cobrado, que define a capacidade de investimento da praticagem em estrutura, lanchas, equipamentos, acompanhamento das condições ambientais, batimetria, entre outros. Nós não somos contra melhorar o texto da lei para que a Autoridade Marítima tenha melhores recursos nos processos de fixação de preço, ouvindo quem ela achar necessário.



O presidente da Associação Brasileira dos Usuários dos Portos, de Transportes e da Logística (Logística Brasil), André de Seixas, lembrou que a Antaq não tem alçada para regular a praticagem:

– Ninguém é contra regulação econômica. Mas a praticagem não é um serviço de transporte prestado ao usuário (dono da carga), não é serviço de transporte interestadual ou portuário, de competência da Antaq. Praticagem trata de segurança da navegação e, portanto, vemos risco de separar a parte técnica da regulação com a Marinha e a econômica com a Antaq. A agência evoluiu, tem bom corpo técnico, mas as decisões da sua diretoria têm contrariado análises de impacto regulatório realizadas durante anos. A instituição com total capacidade de garantir a excelência do serviço e a regulação econômica é a Marinha, e ela vem fazendo.

O advogado Osvaldo Agripino, doutor em Direito e ex-oficial da Marinha Mercante, é um estudioso do tema regulação. Ele foi outro contrário à transferência da regulação econômica para a Antaq:

– Nos Estados Unidos, a Federal Maritime Commission é a Antaq e ela não entra em regulação econômica de preço de praticagem. Lá, isso é um problema dos estados e da Autoridade Marítima. A Antaq está começando agora a chegar no setor regulado para fazer regulação econômica. Ela tem se esforçado, mas há muitas lacunas. Faltam critérios para coibir abusividade nos preços do setor marítimo e portuário. A agência pode até querer regular (economicamente a praticagem) e a Marinha, não. Mas o Congresso Nacional tem que analisar a questão com muita cautela. A agência ainda não tem expertise e não mostrou a que veio para regular os serviços de sua competência.

A audiência pública aconteceu na Comissão de Viação e Transportes da Câmara. Também participaram representantes das seguintes entidades: Marinha; Antaq; Ministério de Portos e Aeroportos; Ministério Público do Trabalho; Tribunal de Contas da União (TCU); Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave); Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (Abac); Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP); Associação de Terminais Portuários Privados (ATP); Confederação Nacional do Transporte (CNT); e Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 05/10/2023

RUMO RECEBE PRIMEIRAS LOCOMOTIVAS HÍBRIDAS DA PROGRESS RAIL PARA REDUZIR IMPACTO AMBIENTAL

Informações: Guia Marítimo (05 de outubro de 2023)

A Rumo recebeu as primeiras locomotivas híbridas do modelo GT38H, desenvolvidas pela Progress Rail, em sua oficina de Curitiba (PR). Essas locomotivas representam um avanço tecnológico significativo e uma abordagem mais sustentável para o transporte ferroviário no país.

O GT38H é um modelo que combina sistemas Diesel-Elétrico com um banco de baterias, permitindo que a energia usada para alimentar os motores de tração seja proveniente tanto de motores diesel quanto do armazenamento de energia em baterias. Isso significa que a energia regenerada durante a operação de frenagem dinâmica é reaproveitada, em vez de ser dissipada em forma de calor por resistores de alta potência.

As primeiras locomotivas híbridas estão atualmente em fase de testes e deverão iniciar sua jornada de Cascavel (PR) com destino à estação ferroviária Desvio Ribas, na região de Ponta Grossa (PR). Entre os principais destaques dessas novas locomotivas está a redução significativa do impacto ambiental. O GT38H é 22% mais econômico no consumo de combustível em comparação com os modelos utilizados atualmente, e o uso das baterias adiciona um ganho adicional de 15% nessa economia. Combinado com o motor mais moderno, espera-se uma economia total de até 42% no consumo de diesel.

Além do menor consumo de combustível, essas locomotivas também se destacam pela redução de emissões e níveis de ruído, contribuindo ainda mais para a preservação do meio ambiente. Os testes

para avaliar o desempenho das locomotivas híbridas serão realizados durante seis meses no trecho entre Guarapuava (PR) e a estação ferroviária Desvio Ribas.

Marcus Jorge, diretor de Manutenção da Rumo, enfatiza a importância desses testes: “Os resultados apresentados pela Progress foram positivos e nos indicam que podemos ter aqui um ganho considerável para as nossas operações. Com a operação na nossa malha poderemos avaliar a performance considerando as características da via e carga transportada. É um processo importante para analisar a viabilidade de ampliar o uso de locomotivas utilizando esse sistema.”

Além disso, a introdução dessa nova tecnologia de hibridização permitiu a implementação de parâmetros adicionais para controle de desempenho e segurança, que podem ser monitorados remotamente, permitindo a identificação precoce de possíveis falhas. As baterias são acionadas automaticamente pelo sistema da locomotiva, ajustando-se à potência exigida pelo maquinista para o trecho em que está operando.

Rodrigo Rampinelli, gerente de Planejamento e Engenharia de Operações da Rumo, destaca a escolha do trecho entre Guarapuava e a região de Ponta Grossa para os testes, devido ao desafio representado pelo terreno acidentado e curvas sinuosas, que exigem um equipamento mais compacto e ágil. Uma composição que antes era puxada por seis locomotivas agora poderá contar apenas com os dois modelos híbridos adquiridos pela Rumo, demonstrando a eficiência dessa tecnologia.

“Estamos otimistas com esse projeto desenhado em parceria com a Progress e com os avanços tecnológicos que essa locomotiva pode representar em relação à redução de emissões e a segurança. Além disso, uma vez confirmado o desempenho esperado, essas locomotivas representam um grande passo para que novos maquinários sejam desenvolvidos para trechos ainda mais densos de nossa malha ferroviária e que exigem maior potência, como temos, por exemplo, na Malha Norte, corredor ferroviário entre Rondonópolis (MT) e o Porto de Santos (SP)”, conclui Marcus Jorge.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 05/10/2023*



JORNAL O GLOBO – RJ

BOLÍVIA PODE PARAR FORNECIMENTO DE GÁS AO BRASIL E PEDE INVESTIMENTOS DA PETROBRAS NO PAÍS

O assunto será discutido, nos dias 17 e 18 de outubro, em reunião, na Bolívia, entre representantes da Petrobras e dos governos dos dois países.

Por Eliane Oliveira — Brasília



O ministro de Hidrocarbonetos da Bolívia, Franklin Molina Ortiz — Foto: Divulgação

Um mês depois de o presidente boliviano, Luis Arce, afirmar que as reservas de gás natural de seu país estão esgotadas e o envio do produto ao Brasil e à Argentina está comprometido, o ministro de Hidrocarbonetos da Bolívia, Franklin Molina Ortiz, esteve em Brasília, nesta semana, para pedir às autoridades brasileiras mais investimentos da Petrobras no país. Ao GLOBO, Ortiz afirmou que, se a parceria na produção de gás for retomada, será possível aumentar a oferta em pelo menos 2 milhões de metros



cúbicos por dia. Essa seria uma forma de evitar a interrupção do fornecimento de gás.

Enviado ao Brasil pelo presidente de seu país, Ortiz foi recebido, na segunda-feira, pelo vice-presidente e titular do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. Na terça-feira, esteve com os ministros da Agricultura, Carlos Fávaro, e de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Hoje, o contrato para fornecimento de gás pela Bolívia ao Brasil vai até 2025.

— Estamos falando sobre a prorrogação do contrato para além de 2025, mas também precisamos falar sobre investimentos. Se quisermos que haja produção de gás a curto prazo, devemos desenvolver investimentos que foram adiados pela Petrobras. Entendemos que houve alguns motivos de natureza política, mas no âmbito de toda esta nova agenda que hoje existe, é possível trabalhar em conjunto — ressaltou o ministro boliviano.

O assunto será discutido, nos dias 17 e 18 de outubro, em reunião, na Bolívia, entre representantes da Petrobras e dos governos dos dois países. A produção de gás ocorre, principalmente, nos campos de San Alberto e San Antônio, mas o ministro disse que há outras áreas a serem exploradas.

‘Fundo do poço’

A produção de gás natural na Bolívia, segundo o próprio presidente do país, "chegou ao fundo do poço". Ele afirmou que seu governo vai investir na recuperação das reservas naturais.

Com o esgotamento das reservas, o país vizinho vem registrando quedas na produção desde 2014. A oferta da estatal YPFB caiu de 59 milhões para 37 milhões de m³ ao dia em nove anos.

O gás natural boliviano é considerado fundamental para o abastecimento do Brasil e da Argentina. O produto entra em território brasileiro por meio de um gasoduto, que tem capacidade para fornecer 30 milhões de m³ por dia.

Quase 90% das importações da Bolívia realizadas pelo Brasil são de gás. De janeiro a agosto deste ano, os gastos somaram US\$ 912 milhões.

Já os argentinos tentam se livrar da dependência do gás da Bolívia a partir do ano que vem. Para isso, contam com as reservas de Vaca Muerta. O presidente da Argentina, Alberto Fernández, conta com o apoio do Brasil para a construção de um gasoduto.

— A agenda energética dos nossos países tem muita complementariedade. Temos, por exemplo, as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira — disse o ministro boliviano.

Ele também propôs que o Brasil olhe para a Bolívia, quando for importar fertilizantes. Ortiz enfatizou que o Brasil poderia comprar minérios para a fabricação do produto. Ele citou ureia, cloreto de potássio e lítio como insumos importantes que a Bolívia tem a oferecer. Disse esperar uma visita de uma delegação de técnicos dos setores público e privado, para conhecer melhor as fábricas bolivianas.

— O Brasil não deveria importar apenas de países como Rússia e Canadá. Estamos muito mais próximos e poderíamos nos tornar parceiros estratégicos — afirmou.

No governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, foi lançado um Plano Nacional de Fertilizantes, para reduzir a dependência dos importados. A gestão atual, do presidente Lula, decidiu manter o programa.

Apesar de ser um gigante do agronegócio, cerca de 85% dos adubos e defensivos agrícolas são importados. O Brasil é o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Índia.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/10/2023

CONSULTA DO GOVERNO SOBRE PISO DA SAÚDE E EDUCAÇÃO SERÁ JULGADA EM ATÉ 15 DIAS NO TCU

Bruno Dantas diz que não haverá 'qualquer interrupção' na análise

Por Renan Monteiro — Brasília



O presidente do TCU, ministro Bruno Dantas — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, afirmou nesta quinta-feira que a análise do órgão sobre a aplicação do piso da saúde e educação neste ano será julgada no prazo de 15 dias. Ele acrescenta que a consulta não será interrompida.

Ontem, o Senado aprovou um projeto de lei com a previsão de elevar em até R\$ 5 bilhões os gastos com a saúde em 2023, para aplicação do piso. O texto seguiu para a sanção do presidente Lula. É um valor menor que os R\$ 20 bilhões que precisaria ser aplicado caso o piso fosse pago integralmente.

A equipe econômica oficializou na última semana uma consulta ao TCU sobre a possibilidade de aplicação dos pisos constitucionais de saúde e educação só a partir de 2024, e não no exercício de 2023.

— Temos a expectativa de julgar essa consulta em no máximo 15 dias. Evidente que com a aprovação do PL pelo Senado, talvez alguma análise suplementar precise ser feita, mas isso tudo vai ser visto pelo relator. Não há qualquer interrupção — disse, ao ser questionado sobre o projeto.

O pedido está em uma unidade de auditoria especializada. Bruno Dantas disse que a previsão é que os técnicos encerrem a análise amanhã e o parecer seguirá para o gabinete do relator sorteado, o ministro Augusto Nardes. Posteriormente, a previsão é de ser encaminhado para o plenário do TCU.

— Tenho certeza que o ministro Fernando Haddad (da Fazenda) já conversou com o ministro Augusto sobre a urgência dessa consulta — disse o presidente do TCU.

O fator para a insegurança é que os pisos da saúde e educação voltaram a valer com a nova âncora para as contas públicas (aprovada no meio do ano), mas não ficou claro a partir de quando haveria a validação desses gastos mínimos.

Isto é, a destinação mínima de 15% da chamada receita corrente líquida (RCL) para despesas na área da saúde, bem como 18% da receita líquida de impostos para os gastos com a educação.

Sob a cobertura do teto de gastos, que limitava o crescimento das despesas à inflação registrada no ano anterior, os pisos não estavam valendo.

No cenário de maior impacto, o governo poderia ser obrigado a aumentar em cerca de R\$ 20 bilhões o montante de verbas para saúde especificamente neste ano, tirando recursos de outras áreas. A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, expressou risco de paralisação da máquina pública

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/10/2023

DIESEL VOLTA A TER TRIBUTOS ZERADOS, E FAZENDA PRECISA COBRIR ROMBO DE R\$ 500 MILHÕES COM PROGRAMA DE CARROS POPULARES

Medida provisória que previa a reoneração do combustível para bancar custos do programa caducou na última terça-feira

Por Victoria Abel — Brasília



Caminhões estão consumindo menos diesel no mundo — Foto: Lucas Tavares/Agência O Globo

Técnicos do Ministério da Fazenda estimam um prejuízo de R\$ 500 milhões com a volta do imposto federal zerado sobre o óleo diesel, a partir do mês de outubro. O aumento do combustível bancaria os gastos com o programa de descontos para carros populares, editado pelo governo em junho deste ano. A medida provisória (MP) que criou o programa e elevou o imposto sobre diesel perdeu a validade na última terça-feira.

O programa de carros populares incentivou a indústria automotiva a dar descontos para os consumidores, por meio de benefícios tributários concedidos pelo governo federal. A concessão das isenções e créditos de impostos para o setor gerou um custo de aproximadamente R\$1,8 bilhão.

Para bancar o incentivo ao consumo, o governo interrompeu a medida de desoneração do diesel que estava em vigor desde janeiro e teria validade até dezembro de 2023. A reoneração do combustível passou a valer em setembro, com a cobrança de PIS/Cofins de R\$ 0,11 por litro.

Ao longo do mês de setembro, o Ministério da Fazenda conseguiu arrecadar R\$ 600 milhões. Mas a cobrança foi interrompida nesta semana, com o fim da MP, que não foi apreciada pelo Congresso Nacional. O diesel voltou, então, a ter cobrança zero de Pis/Cofins até o dia 31 de dezembro.

Com isso, sobrariam R\$1,2 bilhões de gastos com o programa para os cofres do Tesouro Nacional bancar, mas R\$700 milhões acabaram não sendo utilizados. Dessa forma, ficaram R\$500 milhões de prejuízo para ser arcado pelo governo. A Fazenda ainda não consegue detalhar de onde o dinheiro será retirado.

Fim da desoneração

A política de desoneração do Diesel teve início em meados de 2022, em meio a tentativa de reeleição do ex-presidente Jair Bolsonaro. Lula prorrogou a medida no início deste ano para evitar desgastes políticos.

A volta do imposto sobre o combustível está prevista para janeiro e a Fazenda não pretende esticar ainda mais o benefício.

“Se não houver mudanças legais até lá, a partir de 1º de janeiro de 2024 as alíquotas do diesel e do biodiesel voltam aos seus valores normais, a saber: R\$0,35/litro para o diesel; R\$0,14/litro para o biodiesel”, escreveu o ministério em nota.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/10/2023

INFLAÇÃO NO BRASIL ESTÁ MAIS PERSISTENTE ‘DO QUE SE IMAGINAVA’, DIZ GALÍPOLO

Ftores globais justificariam a escalada de preços, como os efeitos prolongados da pandemia e guerra na Ucrânia.

Por Renan Monteiro — Brasília



Gabriel Galípolo, diretor do BC — Foto: Cristiano Mariz / Agência O Globo

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, avaliou nesta quinta-feira que a inflação brasileira continua persistente, apesar das melhoras recentes. Por outro lado, o integrante da cúpula do BC acrescentou que, diferente de pares internacionais, o Brasil estaria um cenário mais favorável tanto na perspectiva sobre o nível de preços, quanto na projeção de crescimento econômico.

O IPCA, no acumulado de 12 meses, está em 4,61%. A previsão do mercado e da equipe econômica é que o ano termine em um patamar próximo de 5%.

— É uma inflação, ainda, mais persistente do que se imaginava inicialmente. Mais resiliente. Especialmente quando olhamos para alguns indicadores, como serviços subjacentes (desconsiderando choques temporários nos preços) e outras questões que costumamos olhar com mais atenção. O mercado de trabalho também se mostra mais resiliente — disse, ao participar de evento em São Paulo.

Para a decisão sobre a taxa básica de juros, o Banco Central está com a lupa, por exemplo, para a trajetória da inflação de serviços e núcleos de inflação (quando itens voláteis não são retirados, sobretudo energia e alimentos).

O mercado de trabalho também está sendo observado de forma cautelosa pelo Comitê de Política Monetária (Copom), mas há o entendimento de que o aumento de vagas e a redução da taxa de desemprego recentes ainda não provocaram pressões inflacionárias.

Segundo o diretor do BC, o Copom tem empregado palavras como "parcimônia" e "serenidade" porque seria preciso "ter humildade para reagir de acordo com os dados" apresentados, ou seja, os indicadores observados para basear a decisão sobre juros.

Galípolo declarou no evento que muitos países estão passando por situação similar à brasileira, com inflação sendo reduzida lentamente. Apesar da busca por "explicações domésticas", os fatores globais justificariam a escalada de preços, como os efeitos prolongados da pandemia e guerra na Ucrânia.

— O alento é que desta vez não é uma idiosincrasia (particularidade) brasileira, é um processo em outras econômicas. É um processo bastante singular e o Brasil se apresenta bem posicionado, seja porque a inflação vem se comportando. A atividade econômica vem se comportando bem — declara.

Nesta última quarta-feira, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) divulgou um relatório projetando uma taxa de crescimento do PIB brasileiro em 3,3% neste ano. No mundo, a projeção média é de 2,4%.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/10/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

'MERCADO ELÉTRICO NÃO FOI DESENHADO PARA O SISTEMA DE HOJE, COM TANTAS FONTES', DIZ SECRETÁRIO



Segundo secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Efrain Pereira da Cruz, País vive ‘turbilhão de mudanças’ e precisa se adaptar

Por Ludmylla Rocha

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Efrain Pereira da Cruz, afirmou nesta quinta-feira, 5, que o setor elétrico brasileiro não foi desenhado para o sistema existente hoje, com tantas diferentes fontes para geração de energia.

“Costumo dizer que o setor elétrico brasileiro não foi desenhado para o modelo em que nós estamos hoje. Ele não foi desenhado para um regime com tanta energia intermitente, com tantas fontes. São todas louváveis, mas o nosso modelo não foi desenhado para isso e a gente está hoje vivendo esse turbilhão de mudanças e que nós precisamos nos adaptar”, disse.

Efrain Cruz disse que não se pode achar que o ministro Alexandre Silveira promoverá a abertura total do mercado de energia “de forma irresponsável” e que esse processo se dará paulatinamente.

“Não podemos, de forma irresponsável, achar que amanhã o ministro Alexandre Silveira pode baixar uma portaria e abrir o mercado ao deus-dará, corra quem quiser, não é assim”, afirmou.

A partir de janeiro de 2024, todos os consumidores atendidos em alta tensão poderão deixar o mercado regulado, no qual são atendidos pelas distribuidoras responsáveis por sua área de concessão, e migrar para o mercado livre, no qual poderão escolher seu fornecedor de energia. Os consumidores atendidos em baixa tensão, porém, como os residenciais, ainda não tem data para serem autorizados a fazer o movimento.

Ele admitiu, porém, que essa etapa é o primeiro passo para a abertura total do mercado. “A abertura de mercado no Brasil é uma realidade que é inconteste.”

O ex-diretor da Aneel afirmou também que “é comum e é consenso que todos esses avanços precisam ser calçados num nível de responsabilidade, sustentabilidade e equilíbrio entre os setores” e que o setor elétrico brasileiro é integrado.

Esse ponto, disse, está sendo considerado pelo governo na redação da Lei Geral da Energia, projeto que a Pasta está preparando para tratar da modernização do setor e resolução de distorções.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/10/2023

FRENTES PARLAMENTARES SE UNEM PARA INCLUIR JUDICIÁRIO EM REFORMA ADMINISTRATIVA

Mobilização pega carona em apoio dado pelo presidente da Câmara ao tema e na forte insatisfação de parlamentares com a atuação do STF; objetivo é que proposta alcance os três Poderes

Por Adriana Fernandes e Bianca Lima

BRASÍLIA - Lideranças de cinco frentes parlamentares se uniram numa mobilização para que o Judiciário seja alcançado pela proposta de reforma administrativa. Em jantar na quinta-feira, 4, as frentes avisaram que vão apoiar uma reformulação da máquina pública que envolva os três Poderes. A aposta é de que a proposta ganhe tração no Congresso com o apoio da sociedade.

O movimento inclui: a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), do Empreendedorismo (FPE), do Comércio e Serviços (FCS), da Tecnologia e Atividades Nucleares (FTN) e do Biodiesel (FPBio).

A mobilização pega carona no apoio dado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ao avanço da reforma e na forte insatisfação de parlamentares com a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), após decisões recentes sobre temas como aborto, marco temporal e descriminalização das drogas.



A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32 de Reforma Administrativa, enviada ao Congresso pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, não alcança o Judiciário e nem o Legislativo, o que acabou esvaziando a narrativa de combate aos privilégios nas carreiras públicas, puxada à época pela equipe do então ministro da Economia, Paulo Guedes.

No governo Lula, a reforma está sob responsabilidade da ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, que já falou que a proposta é aprovar projetos em separado, de forma fatiada, e não tentar uma PEC. A ministra também deixou claro que o governo não pretende mexer na estabilidade

Mesmo assim, o debate segue na Câmara e Lira, inclusive, confirmou presença na abertura de um seminário sobre o tema, marcado para o dia 1º de novembro, na Congresso. Todas as frentes estão participando da mobilização, e os presidentes dos grupos têm a expectativa de contar também com o apoio do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), no engajamento pela reforma.

“Tem que entender o Pacheco da semana passada para cá. É outro Pacheco. Tem Pacheco pré e pós-marco temporal”, ressaltou o deputado Pedro Lupion (PP-RS), presidente da FPA, que reúne uma das bancadas mais poderosas do Congresso, a do agronegócio.

Lupion ressaltou que a frente é mista e conta com grande influência também no Senado. “Dizem que fizeram uma pesquisa de opinião e que, depois que ele (Pacheco) se posicionou na questão das drogas e do marco temporal, ele subiu muito de popularidade.”

Em setembro, Pacheco apresentou uma PEC para criminalizar a posse e o porte de drogas em qualquer quantidade. A proposta ocorreu em paralelo ao julgamento do tema no STF, que já reúne cinco votos a favor da liberação do porte de maconha para consumo pessoal.

Já no fim do mês, o Senado, com o apoio de Pacheco, aprovou o projeto de lei que institui o marco temporal para a demarcação de terras indígenas. O texto, que seguiu para sanção presidencial, vai na contramão do plenário do STF, que decidiu que o marco é inconstitucional.

Para o presidente da FPA, as frentes têm pluralidade no Congresso Nacional, o que permite debater um tema importante como a reforma administrativa. “Cada coisa que é aprovada dentro do Congresso, eles (o governo Lula) gastam mais, e não é uma questão exclusiva do Executivo. O Judiciário está do mesmo jeito”, argumentou, citando a situação delicada para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de zerar o déficit das contas públicas em 2024.

O presidente da FPE, deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), disse que o grupo evita falar da PEC 32. “(Defendemos) uma reforma administrativa, não necessariamente a PEC 32”, disse.

Segundo Passarinho, não é a PEC do “Bolsonaro e nem do Lula”. “Não estamos querendo entrar nesse detalhe. A nossa ideia é a eficiência do gasto e como podemos premiar e gratificar a boa produção do servidor público”, ressaltou.

No governo passado, a PEC 32 foi alvo de fortes críticas por parte do funcionalismo público, que mobilizou servidores ativos e aposentados para protestarem em Brasília. Nos aeroportos, os parlamentares eram recebidos com faixas e cornetas. Já nas galerias do Congresso, durante as discussões da matéria, manifestantes entoavam o grito: “Quem votar, não volta”. Uma referência às eleições que se aproximavam.

O presidente da FCS, deputado Domingos Sávio (PL-MG), avalia que é necessário acabar com o “estigma” de que a reforma administrativa é contra o servidor. “Isso é um equívoco terrível. Não é para tirar direito. É para modernizar e melhorar a gestão pública”, afirma. Em um aceno às categorias, o parlamentar diz que a máquina está inchada e pesada, o que dificulta a concessão de reajustes salariais - cenário que, segundo ele, poderia ser alterado pela PEC.



“Se a reforma tornar a máquina mais eficiente, poderemos, no futuro, começar a pensar em um serviço público com remuneração mais adequada, valorização de carreira, plano de cargo e salário, para que as pessoas possam crescer lá dentro”, argumenta o parlamentar.

Ainda que a proposta do governo Lula seja fazer reforma fatiada por projetos de lei, para incluir o Judiciário na reforma, é necessário uma PEC. E, mesmo assim, há uma discussão jurídica sobre a necessidade de a proposta partir do próprio Judiciário.

“Temos que admitir que há essa discussão. Eu discordo”, disse o deputado do Novo, Marcel van Hattem (RS), que é membro da Frente Parlamentar do Livre Mercado. “Há discussão de constitucionalidade. Mas, na minha opinião, quem decide é a casa do povo”, acrescentou.

Supersalários

As frentes também defendem a aprovação pelo Senado do projeto que trata dos supersalários no setor público. Em tramitação no Congresso desde 2016, o projeto lista quais tipos de pagamentos podem ficar de fora do teto do funcionalismo público, atualmente em R\$ 41,6 mil mensais.

Ou seja: regulamenta o que é ou não um “penduricalho”, que é incorporado aos vencimentos, mas fica fora do teto remuneratório do funcionalismo – que, no Brasil, tem como base o salário dos ministros do STF.

Dados compilados pelo Centro de Liderança Pública (CLP) apontam que 25,5 mil pessoas faziam parte desse grupo seletivo em 2022, o que representa 0,23% dos servidores estatutários, aqueles que foram aprovados em concurso e têm estabilidade no cargo.

Apesar do número ínfimo, o impacto nos orçamentos públicos é relevante: R\$ 3,9 bilhões por ano. A cifra supera, por exemplo, as verbas previstas para o ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que somam atualmente R\$ 3,5 bilhões. A maior parte do gasto está concentrada nos Estados (R\$ 2,54 bilhões, cerca de 60%), seguidos da União (R\$ 900 milhões) e dos municípios (R\$ 440 milhões).

Segundo o levantamento, o valor máximo recebido por um servidor, em 2022, foi de R\$ 302,2 mil mensais -- cifra quase oito vezes superior ao teto vigente à época, que era de R\$ 39,3 mil, e 54 vezes maior que o salário médio de um funcionário público no país, que no ano passado somava R\$ 5,6 mil.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/10/2023

ACIONAR TÉRMICAS PARA GARANTIR ENERGIA NO NORTE TERÁ CUSTOS PARA TODOS OS CONSUMIDORES, DIZ ANEEL

Diretor-geral da agência, Sandoval Feitosa afirmou não ser possível precisar qual será o impacto da medida nas tarifas; Aneel não prevê cobrança adicional na conta de luz até o fim deste ano

Por Marlla Sabino

BRASÍLIA - O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, afirmou nesta quinta-feira, 5, que o acionamento de usinas termelétricas para garantir o fornecimento de energia no Acre e em Rondônia terá um custo para todos os consumidores. Contudo, ainda não é possível precisar qual será o impacto nas tarifas.

A decisão de acionar as usinas térmicas, que têm um custo mais alto, foi informada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) na noite dessa quarta-feira, 4. A medida visa garantir a segurança no atendimento nos Estados do Acre e Rondônia. Ao falar sobre a seca no Norte, Feitosa afirmou que o setor elétrico tem condições de atender a todas essas situações.

Os custos para acionamento dessas usinas serão pagos via Encargos de Serviços do Sistema (ESS), que serve para manutenção da confiabilidade e da estabilidade do sistema elétrico nacional.

Essa conta será rateada entre os consumidores atendidos pelas distribuidoras, como os residenciais, e pelos que operam no chamado mercado livre.

“Quando decide acionar térmicas que não estavam previstas, têm um custo”, afirmou Feitosa após participar de audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado. “O Ministério de Minas e Energia, o ministro (Alexandre Silveira) e toda a governança do setor elétrico agiram de forma correta ao assegurar condições de atendimento para essas regiões.”



Segundo Aneel, serão necessários ajustes regulatórios rápidos para que as térmicas que serão contratadas para garantir o atendimento no Acre e em Rondônia entrem em operação Foto: Paulo Liebert/AE

Apesar disso, a medida não deve levar, por exemplo, ao acionamento de bandeiras tarifárias nos próximos meses. A Aneel mantém a previsão de manter a bandeira verde, ou seja, sem cobrança adicional na conta de luz, até o fim deste ano.

“Achamos e afirmamos que não (haverá acionamento), pois são eventos muito localizados e, basicamente, (as usinas) não funcionarão de forma ininterrupta, apenas em alguns momentos do dia e não haveria a possibilidade de sensibilizar a bandeira tarifária, uma vez que a previsão é que o nível dos reservatórios até o fim de outubro se situe em torno de 67%.”

Aparato regulatório

Feitosa explicou que serão necessários ajustes regulatórios rápidos para que as térmicas que serão contratadas para garantir o atendimento no Acre e em Rondônia entrem em operação. Diante da seca na região Norte, o governo decidiu acionar as termelétricas Termonorte I e Termonorte II.

De acordo com o governo, caberá à agência reguladora e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) adotarem as medidas necessárias para retomada da disponibilidade dessas usinas. Feitosa disse que não é possível precisar o prazo para que isso seja feito, mas que deverá ser o mais rápido possível.

“Essas térmicas já estavam descontratadas, então tem que fazer o aparato regulatório rápido, nada diferente do que já fizemos em outros momentos: contratos temporários para conexão, cálculo do custo da usina, o ressarcimento pelo combustível. Ou seja, são coisas que a Aneel e o ONS, de forma muito rápida, irão processar, atendendo o comando definido pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico”, afirmou.

Trabalho conjunto

O diretor-geral da Aneel afirmou que são necessários ajustes legislativos para que a tarifa de energia no Brasil seja “justa”. Ele ressaltou que o órgão regulador tem atuação infralegal, ou seja, na implementação das políticas públicas definidas pelo Executivo e Legislativo.

“Precisamos trabalhar em conjunto com Congresso Nacional, com o Poder Executivo para que possamos trazer justiça tarifária”, disse aos senadores. “A agência tem atuação infralegal, ou seja, atuamos na implementação de políticas públicas, das diretrizes dos leilões de contratação que são definidas tanto pelo Poder Legislativo, Executivo e Poder Concedente.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/10/2023

VALOR ECONÔMICO (SP)

EM OPERAÇÃO INÉDITA, BUREAU VERITAS REALIZA MAIOR INSPEÇÃO DE COMBUSTÍVEL DO PORTO DE ITAQUI

Foram inspecionadas mais de 135 mil toneladas de diesel S10 produzido nos Emirados Árabes e transportado para o Brasil no petroleiro Zumbi dos Palmares

Por Robson Rodrigues, Valor — São Paulo



O Porto do Itaquí é um dos mais importantes do Brasil, com localização estratégica para os mercados de origem e de destino, incluindo Europa, América do Norte e Canal do Panamá — Foto: Divulgação/Bureau Veritas

O Bureau Veritas, especializada em teste, inspeção e certificação, conduziu a maior inspeção de combustível da história do Porto de Itaquí. Foram inspecionadas mais de 135 mil toneladas de diesel S10 produzido nos Emirados Árabes e transportado para o Brasil no petroleiro

Zumbi dos Palmares, o equivalente a 1,7% das importações do combustível em 2023.

Este também foi o maior volume inspecionado de diesel no Maranhão, e, devido à dimensão da carga, o conteúdo precisou ser distribuído entre o terminal do porto e outras três embarcações, demandando operação logística três vezes maior que o habitual.

“Como o Bureau Veritas atua em outros 14 grandes portos brasileiros, nossa equipe foi capaz de executar a inspeção de todos os tanques dos navios e tanques de terra e também a supervisão de quatro descargas simultâneas, com máxima eficiência e segurança”, disse o diretor de Agronegócios, Food & Commodities do Bureau Veritas, Guilherme Cauduro

Foram necessários cinco dias para atestar a qualidade e o volume comercializado na maior importação de diesel da história do Norte e Nordeste brasileiro. Em operações corriqueiras nos portos da região, a carga inspecionada costuma ser de 40 a 50 mil toneladas, e demanda cerca de três dias para ser finalizada.

As amostras coletadas de cada um dos 13 tanques do petroleiro foram analisadas nos próprios laboratórios do Bureau Veritas, localizados em São Luís e Santos, seguindo os critérios da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Entre os aspectos verificados, estão densidade, octanagem, teor de enxofre, transparência e impurezas.

O Porto do Itaquí é um dos mais importantes do Brasil, com localização estratégica para os mercados de origem e de destino, incluindo Europa, América do Norte e Canal do Panamá.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/10/2023

QUEIMADAS NO PANTANAL VOLTAM A PREOCUPAR BRIGADISTAS EM MATO GROSSO DO SUL

Os 4 municípios do Estado que formam o bioma estão na lista de incidência de focos de incêndio com alto risco; número de focos até a quarta (4) em MS já é mais que o triplo do registrado em igual período de setembro

Por Silvia Frias, Folhapress — Campo Grande



Queimadas ameaçam bioma do Pantanal mais uma vez — Foto: Mayke Toscano/Secom-MT

Outubro mal começou e Mato Grosso do Sul registra 147 focos de incêndios, grande parte deles no pantanal. Os quatro municípios do estado que formam o bioma estão na lista de incidência de focos com alto risco, o que representa situação de alerta máximo para brigadistas.

Os dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) mostram que o número de focos de incêndio até a quarta-feira (4) em Mato Grosso do Sul já é mais que o triplo do registrado em igual período de setembro,

quando foram detectados 40 pontos de calor.

No dia 18 de setembro, um incêndio devastou área de 500 hectares em Bonito (MS), próximo ao rio Formoso. Já no final de setembro e início de outubro, o fogo atingiu a região chamada de Pantanal do Paiaguás, em Corumbá (MS).

O fogo está sob controle no local, mas ainda é monitorado pelas equipes do Corpo de Bombeiros. O total devastado não foi divulgado. Dos focos atuais, segundo consulta ao boletim do Inpe, 108 estão em Porto Murtinho, município que compõe uma das 11 subregiões que formam o pantanal em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Terra Indígena Kadiwéu

Apesar de representar uma porção pequena, aproximadamente 3% do bioma, é considerado um foco preocupante: há queimadas registradas dentro da Terra Indígena Kadiwéu, com área de 539 mil hectares e de difícil acesso.

O coordenador estadual do PrevFogo, Márcio Yule, órgão ligado ao Ibama (Instituto Brasileiro Natural e de Recursos Renováveis), diz que a situação é de alerta. Além dos 48 brigadistas, indígenas residentes da área, outros cinco reforçaram o combate às chamas desde o dia 29.

Nesta quinta-feira (5), o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade) previu o envio de equipamentos para a terra kadiwéu, entre eles um veículo UTV (semelhante a um quadriciclo) que auxilia no acesso às áreas dentro da aldeia, onde residem 1.607 indígenas.

Antes da chuva, termômetros vão subir mais

Yule explica que há previsão de chuva para o Estado no domingo (8), mas, antes disso, na sexta-feira (6), os termômetros vão subir ainda mais. A previsão do Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia) indica que, em Porto Murtinho, por exemplo, a máxima pode chegar a 42°C, assim como em Miranda e Aquidauana, e, em Corumbá, a 43°C.

Na última cidade, o Inpe registra 26 focos de incêndio. O presidente do IHP (Instituto Homem Pantaneiro), Ângelo Rabelo, diz que as equipes de brigadistas estão de prontidão. "As temperaturas estão altíssimas e os ventos fortes, diários."

O instituto tem monitoramento por satélite que, segundo Rabelo, tem contribuído para identificar as queimadas e iniciar o combate. As equipes estão na Serra do Amolar, combatendo pequenos focos e reforçando aceiros (áreas sem vegetação que evitam a propagação do fogo).

Yule lembra que, com a queimada de 2020, quando 3,909 milhões de hectares do pantanal foram devastados pelo fogo, houve mobilização dos governos, ONGs e sociedade civil, com treinamento de brigadistas, residentes das áreas de risco, além de compra de equipamentos. "Infelizmente, teve que acontecer isso para servir de alerta".

Sinal vermelho continuará

O sinal vermelho de prontidão deve perdurar até que se inicie o ciclo regular das chuvas. "Antigamente, chovia a partir da segunda quinzena de setembro, mas faz tempo que isso não ocorre mais", destaca.

A preocupação agora é quando vai ter início esse ciclo regular. Em 2020, depois da devastação de agosto a novembro, a chuva começou apenas a partir da segunda quinzena de novembro. "Espero que isso não aconteça este ano."

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/10/2023

RÚSSIA VAI INSTALAR BASE NAVAL EM REGIÃO SEPARATISTA DA GEÓRGIA

Governo do país condenou o anúncio, por considerar medida uma violação de sua soberania e integridade territorial

Por Valor — De São Paulo



Vladimir Putin, presidente da Rússia — Foto: Dmitry Astakhov/Sputnik via AP

A Rússia vai instalar uma base naval na Abkhazia, região separatista pró-Moscou na Geórgia. O anúncio desta quinta-feira (5) foi feito pelo governante do território, num momento de intensificação dos ataques contra a frota russa no Mar Negro, na Crimeia.

O Kremlin não comentou o assunto, e a Geórgia condenou o anúncio, que considera uma violação de sua soberania e integridade territorial.

As relações entre Rússia e Geórgia são complexas. Os dois países travaram uma guerra curta, mas extremamente violenta, em 2008 devido às tensões provocadas pela vontade da Geórgia de estabelecer uma aproximação com o Ocidente.

O atual governo georgiano, que nega ser pró-Moscou, adotou uma posição mais flexível a respeito da Rússia, o que levou a oposição a acusar o Executivo de desejar uma aproximação com o Kremlin.

Após o conflito de 2008, Moscou reconheceu a independência de dois territórios separatistas do norte da Geórgia, Abkhazia e Ossétia do Sul, e tem presença militar nos dois atualmente.

Aslan Bzhania, que deve ter uma reunião com presidente russo, Vladimir Putin, esta semana, declarou que o objetivo do acordo é melhorar as capacidades de defesa tanto da Rússia como da Abkhazia. O dirigente não divulgou uma data para a abertura da base, mas a administração do distrito de Ochamchire informou à agência russa Ria Novosti que as instalações do porto já estão "preparadas".

Nas últimas semanas, a Ucrânia intensificou os ataques contra instalações russas na Crimeia, uma península anexada por Moscou em 2014. Kiev reivindicou a destruição de sistemas de defesa antiaérea, de um estaleiro e dois navios.

A Crimeia é crucial para a ofensiva da Rússia na Ucrânia, tanto para o abastecimento das tropas que ocupam o sul ucraniano como para executar bombardeios com mísseis a partir do mar. As Forças Armadas ucranianas desejam perturbar a cadeia logística russa e acabar com a intervenção militar de Moscou no Mar Negro, que Kiev utiliza para exportar grãos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/10/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

DNIT ANUNCIA OBRAS EMERGENCIAS PARA REDUZIR O IMPACTO DA SECA DA REGIÃO AMAZÔNICA

Da Redação NAVEGAÇÃO 05/10/2023 - 18:46



Serão investidos cerca de R\$ 138 milhões nas dragagens dos rios Solimões e Madeira

Nesta quarta-feira (4) o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmim, e o diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Erick Moura de Medeiros, representando o ministro dos Transportes, Renan Filho, estiveram em Manaus (AM) para tratar da estiagem que atinge o estado.

Na última semana, o ministro dos Transportes Renan Filho, assinou o contrato para a realização da dragagem emergencial do rio Solimões, entre Tabatinga e Benjamin Constant. A ação terá um investimento de R\$ 38 milhões. O valor será utilizado para dragar cerca de oito quilômetros do rio. Neste caso, os trabalhos já iniciaram e devem durar cerca de 45 dias.

Para a foz do rio Madeira e região do Tabocal serão destinados cerca de R\$ 100 milhões. Para esta outra ação, o DNIT já trabalha no projeto para em seguida contratar a empresa que irá realizar a dragagem.

Desta forma, os ministérios dos Transportes, dos Portos e Aeroportos e o DNIT têm a expectativa de reduzir o impacto da estiagem que atinge a região e causam efeito direto na navegação.

A seca tem prejudicado a navegação nos rios Solimões e Madeira, principais hidrovias para o escoamento da produção e abastecimento das cidades ribeirinhas. Entre as soluções, foi anunciada a dragagem emergencial dos dois rios, o que irá beneficiar também os estados de Rondônia e do Acre.

Navegabilidade - A região Amazônica tem mais de 20 mil quilômetros navegáveis, por onde passam embarcações de pequeno, médio e grande portes, que transportam tanto pessoas quanto mercadorias. Os rios da Bacia Amazônica são cruciais para as populações ribeirinhas, que desenvolvem a pesca, tanto para consumo e sustento de diversas famílias quanto para o comércio local e de outras regiões. Estas populações dependem da navegabilidade para se locomover e fazer sua produção e economia circular.

Nesta época do ano a Região Amazônica passa pelo período de estiagem, quando acontece uma considerável redução do volume das águas. A seca, que está no início, torna a região intrafegável. Em muitos casos, quem utiliza o rio como via de transporte, tem que fazer um desvio que aumenta em até oito vezes o tempo de viagem.

Participaram da comitiva a Manaus, nesta quarta-feira, os ministros Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança Climática), Sônia Guajajara (Povos Indígenas), Waldez Góes (Integração e Desenvolvimento Regional), Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), Alexandre Silveira (Minas e Energia), José Mucio Monteiro (Defesa) e a secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Fernanda Machiaveli, além de representantes dos ministérios da Saúde, Desenvolvimento Social, Secretaria de Relações Institucionais (SRI) e

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/10/2023

PETROBRAS PRORROGA PRAZO DE CONCORRÊNCIA PARA AFRETAMENTO DE ATÉ 12 OSRVs

Por Danião Oliveira OFFSHORE 05/10/2023 - 18:45



Arquivo/Divulgação

Pelo cronograma atual, recebimento de propostas será encerrado no dia 20 de outubro. Edital prevê taxa diária de US\$ 31.883,33

A Petrobras prorrogou, por 10 dias, o prazo para envio das propostas da concorrência para o afretamento de até 12 embarcações de apoio marítimo do tipo OSRV (combate a derramamento de óleo), que foi aberto no último dia 19 de setembro. A licitação, realizada em modo de disputa fechada, está na fase de recebimento

das propostas e, com a nova data, o processo está previsto para ser encerrado no dia 20 de outubro. As dúvidas devem ser encaminhadas até o próximo dia 10. O edital prevê como orçamento referencial a taxa diária de US\$ 31.883,33.

A classificação das propostas tomará por base o menor preço por total, considerando o valor da taxa diária de afretamento ofertada, calculado com base na taxa virtual total (TVT). De acordo com as regras do certame serão contratadas até 12 OSRVs, respeitando a ordem de prioridade prevista no edital, que levou em consideração o tipo e a bandeira da embarcação. A companhia estabeleceu embarcações de bandeira brasileira, com requisito obrigatório de Fire Fighting classe I (FIFI I).

A demanda está dividida em dois lotes, sendo o primeiro (lote A) com previsão de entrada em operação em fevereiro de 2024 ou até 60 após a assinatura do contrato, enquanto o segundo (lote B) deve entrar em operação em maio de 2024 ou até 150 dias após a assinatura do contrato. A licitação é restrita aos fornecedores pré-qualificados no processo divulgado em fevereiro deste ano. Poderão participar do processo de contratação empresas brasileiras ou estrangeiras autorizadas a operar no Brasil.

O critério econômico vai considerar empresas com patrimônio líquido maior ou igual a 10% do valor da proposta, além de outros requisitos. As empresas que não atenderem os indicadores contábeis poderão apresentar uma garantia corporativa (PCG – Parent Company Guarantee) juntamente com as demonstrações financeiras da empresa garantidora, pertencente ao mesmo grupo econômico da empresa garantida.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/10/2023

SVITZER REALIZA EXPANSÃO DE SUA FROTA NO BRASIL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 05/10/2023 - 18:33



A entrega do quarto rebocador à operação portuária de Santos aumentará a capacidade da Svitzer no Brasil

A Svitzer, fornecedora de rebocagem e parte da A.P. Moller-Maersk, anuncia a expansão de sua frota no Brasil como parte do crescimento de suas operações no país. O "Svitzer Monte KT" é o quarto rebocador a integrar a frota no país desde abril.

A embarcação é a terceira já entregue à Svitzer em 2023, com operações nos portos de Pécem, Paranaguá e Santos. O novo rebocador é um dos seis novos barcos de propulsão azimutal de popa (Azimuth Stern Drive – ASD) que serão colocados em operação pela Svitzer no Brasil antes do final de 2024. Possui uma velocidade máxima de 13 nós e uma tração estática de 70 toneladas.

Projetado por Robert Allan, o "Monte KT" foi construído pelo estaleiro Rio Maguari. A Svitzer possui um total de quatro rebocadores atuando no Porto de Santos.

Arjen Van Dijk, diretor geral das Américas, comenta a nova aquisição: "A entrega do "Svitzer Monte KT" em Santos mostra o compromisso da Svitzer com o crescimento contínuo no Brasil. À medida que expandimos a nossa cobertura portuária e aumentamos a nossa capacidade de fornecer serviços sustentáveis aos clientes, também esperamos aumentar ainda mais a nossa presença no país nos próximos anos. O Brasil continua sendo um dos principais mercados de crescimento da Svitzer na região das Américas".

Com relação à expansão da frota, Daniel Reedt Cohen, diretor geral da Svitzer Brasil, comenta: "Temos uma estratégia muito clara para o mercado brasileiro buscando fortalecer nossa cobertura e fornecer serviços seguros e confiáveis aos nossos clientes. Com a adição do "Svitzer Monte KT" à nossa frota, continuamos fortalecendo nossa capacidade de fornecer suporte de alta qualidade aos operadores de navios globais e locais no ecossistema logístico brasileiro".

Até o final de 2023, a Svitzer operará 20 rebocadores em oito portos no país — Salvador, Suape, Pecém, Santos, Vitória, Rio Grande, São Francisco do Sul e Paranaguá.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/10/2023

PORTO DE ROTTERDAM REDUZ CUSTO PORTUÁRIO PARA NAVIOS QUE ABASTECEM COMBUSTÍVEIS SUSTENTÁVEIS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 05/10/2023 - 17:25



O Porto de Rotterdam informou nesta quinta-feira (5) que oferecerá "uma redução substancial das taxas portuárias" para navios que abastecem combustíveis sustentáveis. A medida apoia a recentemente anunciada Aliança de Compradores Marítimos de Emissões Zero (Zemba).

O COO e CEO do Porto de Rotterdam, Boudewijn Siemons, destacou: "É vital que a indústria naval mude para combustíveis com emissão zero. O consórcio Zemba lançou a iniciativa fantástica de pagar às transportadoras um prêmio pela utilização de combustíveis com emissões zero, que ainda são mais caros do que os combustíveis tradicionais. Com o apoio adicional da nossa parte, queremos dar às transportadoras um incentivo máximo para fazerem esta mudança".

O Porto de Rotterdam oferece uma redução das taxas portuárias para grandes navios porta-contêineres quando abastecem combustíveis sustentáveis em suas instalações. Para se qualificar, um navio deve abastecer combustíveis alternativos em Rotterdam que tenham pelo menos 90% de redução de gases de efeito estufa, como metanol verde ou amônia. A autoridade do Porto de Rotterdam explica que o desconto não se aplica a óleo combustível bio-misturado, ao gasóleo marítimo ou ao óleo diesel marítimo, uma vez que esse mercado já está maduro.

O Porto de Rotterdam já oferece descontos para navios mais sustentáveis com pontuação elevada no Índice Ambiental de Navios (ESI) e é um pioneiro internacional na facilitação do abastecimento de combustíveis com emissão zero. Em 2022, o porto lançou um projeto de Corredor Verde e Digital juntamente com a Autoridade Portuária Marítima de Singapura, que também oferece descontos para transportadores que utilizam combustíveis sustentáveis. Isto significa que os navios que utilizam combustíveis sustentáveis na rota comercial Singapura-Rotterdam podem se beneficiar de incentivos financeiros de ambos os portos, bem como da Zemba.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/10/2023

RUMO INVESTE EM LOCOMOTIVAS HÍBRIDAS PARA OPERAÇÃO DE CARGA COM MENOR IMPACTO AMBIENTAL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 05/10/2023 - 16:00



Modelos desenvolvidos pela Progress possuem motores mais eficientes e que somados à utilização de baterias para o armazenamento de energia podem colaborar com a redução de até 42% no consumo de combustível

A Rumo, operadora de ferrovias, recebeu na oficina de Curitiba (PR) duas locomotivas híbridas. As unidades serão as primeiras desse modelo a serem utilizadas em operações de transporte de cargas no país. Desenvolvido pela Progress Rail, o modelo GT38H funciona com sistema diesel-elétrico em conjunto com

um banco de baterias, de forma que a energia usada para alimentar os motores de tração pode ser proveniente de motores diesel ou de um banco de baterias.

A energia é regenerada durante a operação do freio dinâmico ao invés de ser dissipada em forma de calor por meio de resistores de alta potência. A primeira composição puxada pelas locomotivas híbridas está em fase de testes e deve partir de Cascavel (PR) com destino a estação ferroviária Desvio Ribas, na região de Ponta Grossa (PR).

Entre os destaques das novas locomotivas está a sua capacidade de gerar menor impacto ambiental. O modelo é 22% mais econômico no consumo de combustível do que os utilizados na operação atualmente. Além disso, o uso das baterias como fonte de energia acrescenta um ganho de 15% nessa economia. Somando-se a isso os benefícios do motor mais moderno, a expectativa é que a economia chegue a até 42% no consumo de diesel.

Além do menor consumo de combustível, as locomotivas se destacam pela redução de emissões e barulhos em excesso, fazendo com que tenham um menor impacto ambiental. Os testes para avaliar a performance das novas locomotivas serão realizados durante seis meses no trecho entre Guarapuava (PR) e a estação ferroviária Desvio Ribas, na região de Ponta Grossa (PR).

“Os resultados apresentados pela Progress foram positivos e nos indicam que podemos ter aqui um ganho considerável para as nossas operações”, pontua Marcus Jorge, diretor de Manutenção da Rumo. “Com a operação na nossa malha poderemos avaliar a performance considerando as

características da via e carga transportada. É um processo importante para analisar a viabilidade de ampliar o uso de locomotivas utilizando esse sistema”.

Frente a nova tecnologia da hibridização, novos parâmetros para controle da performance e segurança foram implementados, podendo ser monitorados remotamente e permitindo antever possíveis falhas. Já as baterias são acionadas automaticamente pelo sistema da locomotiva, alinhada à potência exigida pelo maquinista para o trecho em que irá circular.

“Estamos otimistas com esse projeto desenhado em parceria com a Progress e com os avanços tecnológicos que essa locomotiva pode representar em relação a redução de emissões e a segurança”, diz Marcus Jorge. “Além disso, uma vez confirmado o desempenho esperado, essas locomotivas representam um grande passo para que novos maquinários sejam desenvolvidos para trechos ainda mais densos de nossa malha ferroviária e que exigem maior potência, como temos, por exemplo, na Malha Norte, corredor ferroviário entre Rondonópolis (MT) e o Porto de Santos (SP)”.

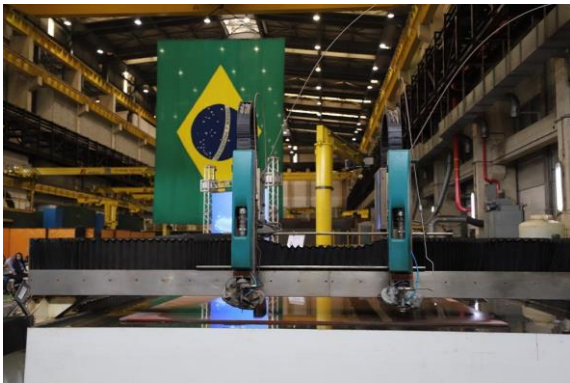
A escolha do trecho entre Guarapuava e a região de Ponta Grossa para testes levou em consideração o fato de ser uma região com traçado desafiador e favorável a esse tipo de tecnologia, em razão das áreas de serra e curvas sinuosas que requerem um equipamento de menor porte.

Uma composição, antes puxada por seis locomotivas, poderá funcionar com os dois modelos híbridos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 05/10/2023

SEÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PERMITIRÁ AFERIR CAPACIDADE DE CONSTRUÇÃO DO SCPN

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 04/10/2023 - 23:28



Divulgação MB

Marinha considera etapa essencial para homologação do processo construtivo do submarino de propulsão nuclear e para certificação do estaleiro

A Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM) realizou, nesta quarta-feira (4), a cerimônia do corte da primeira chapa da seção de qualificação do submarino convencionalmente armado com propulsão nuclear (SCPN). A seção permitirá aferir a capacidade, única

no hemisfério sul, de construção de um submarino deste tipo e marca o início da busca pelo estaleiro de sua qualificação com o processo construtivo a ser homologado, de forma a permitir futuramente o início da construção do meio. O evento ocorreu no Complexo Naval de Itaguaí (CNI).

O gerente do empreendimento modular de obtenção de submarinos, contra-almirante (EN) Marcio Ximenes Virgínio da Silva, explicou que, embora a seção de qualificação não vá fazer parte do submarino, ela é essencial para permitir a homologação do processo construtivo e, por conseguinte, a certificação do estaleiro para a construção do meio naval.

“O primeiro corte das chapas visando à confecção de almas – as quais formarão uma série de cavernas que serão unidas aos chapeamentos - comporão as subseções e, finalmente, a seção de qualificação”, detalhou o contra-almirante Ximenes. Ele acrescentou que o processo de homologação envolve demais atividades, além daquelas diretamente ligadas às atividades-fim, como a movimentação entre cada estação de trabalho e a análise das dificuldades intrínsecas aos processos, considerando o peso desta seção — de aproximadamente 100 toneladas.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 168/2023
Página 39 de 39
Data: 05/10/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

O SCPN é o objetivo principal do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), que abrange a construção de quatro unidades convencionais (diesel-elétricas) e outra com propulsão nuclear, tendo como base principal a transferência de tecnologia, a nacionalização de equipamentos e sistemas, bem como a capacitação de pessoal. O projeto envolve atualmente cerca de 1.500 trabalhadores, entre militares e civis, e o Prosub tem capacidade de gerar até 24.000 empregos diretos e 40.000 indiretos.

Durante o evento, o presidente da Itaguaí Construções Navais (ICN), Renaud Poyet, destacou que o Brasil está dando um passo que vai elevar a tecnologia local ao nível de países como a França, os Estados Unidos, a China, a Inglaterra e a Rússia. O diretor-geral de desenvolvimento nuclear e tecnológico da Marinha, almirante de esquadra Petronio Augusto Siqueira de Aguiar, disse que o programa trouxe um salto tecnológico ao Brasil, contribuindo de forma substancial para que o setor de defesa atinja um patamar estratégico relevante.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/10/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 05/10/2023